



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 068

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 068

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão Ordinária 03

Expediente:

Requerimentos 03

Projetos de Lei 09

Grande Expediente (Reservado à Campanha “Violência Contra a Mulher”):

Proponente:

Dep. Cida Borghetti 11

Oradores:

Dep. Elza Correia 12

Dep. Arlete Caramês 13

Vice-Presidente da Federação

Nacional dos Farmacêuticos:

Sra. Maria de Lourdes Gomes
de Castro 14

Dep. Luciana Rafagnin..... 15

Representante do Movimento dos

Atingidos por Barragens:

Sr. Hélio Meca..... 16

Pequeno Expediente:

Dep. Augustinho Zucchi 18

Dep. José Domingos Scarpellini 19

Dep. André Vargas 19

Dep. Ratinho Júnior 20

Dep. Barbosa Neto 22

Dep. Neivo Beraldin 22

Horário das Lideranças:

Liderança do PSB:

Dep. José Domingos Scarpellini 23

Liderança do PSDB:

Dep. Valdir Rossoni 24

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto 26

Liderança do PT:

Dep. Elton Carlos Welter 27

Liderança do PMDB:

Dep. Artagão Júnior 28

Liderança da Oposição:

Dep. Valdir Rossoni 25

Liderança do Governo:

Dep. Rafael Greca..... 29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 30

Discussão / Votação:

2ª Discussão (Votação em)..... 31

Redação Final 34

3ª Discussão 34

2ª Discussão 34

1ª Discussão 43

Requerimentos 43

Encerramento da Sessão Ordinária 44

Publicações:

Diretoria Geral:

Ordem Interna de Serviço 44

067ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2005

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados André Vargas e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica,

Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e Valdir Rossoni (47). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Justus, Tadeu Veneri e Waldir Leite (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2055

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 368/2005, de sua autoria, tendo em vista a existência das Leis nºs 11273/95, 12026/98, 13198/2001 e 14607/2005, que tratam da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2057

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, e de acordo com o artigo 107, inciso I do Regimento Interno desta Casa, a transformação da Sessão Plenária do dia 29 de junho de 2005 em Comissão Geral, para apreciar o Projeto de Lei nº 412/2005 (Mensagem nº 027/2005) de autoria do Poder Executivo, referente a abertura de crédito adicional ao Orçamento do Estado, utilizando como recursos a transferência do superávit financeiro do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito - FUNRESTRAN, apurado no balanço patrimonial de 2004.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Duílio Genari, Luciana Rafagnin, Ratinho Júnior, Neivo Beraldin, Hermes Fonseca, Augustinho Zucchi, André Vargas, Chico Noroeste, Rafael Greca, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Elza Correia, Natálio Stica, Ademir Bier, Luiz Nishimori, José Maria Ferreira, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Alexandre Curi, Delegado Bradock e Cleiton Kielse.

REQUERIMENTO Nº 2063

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a realização de uma Sessão Solene desta Assembléia Legislativa, no dia 15 de setembro de 2005, às 17 horas, no plenário desta Casa, para a entrega do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Pedro Joanir Zonta.

Justifica o presente, na proposição da Bancada do Partido Progressista - PP, aprovada e sancionada, transformada em Lei nº 14736/2005, publicada no Diário oficial nº 6993, do dia 09.06.2005.

Requer ainda, seja comunicada à Coordenadoria do Cerimonial, para que sejam tomadas as providências necessárias para o bom êxito das solenidades.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2054

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o duto Plenário, seja criada a Frente Parlamentar de Acompanhamento aos Processos de Instalação e Concessões das Centrais Hidrelétricas no Estado do Paraná, de composição aberta, formada por todos os Parlamentares desta Casa que desejarem ingressar.

O objetivo desta Frente Parlamentar é de apurar os processos de concessões das obras das centrais; acompanhar a aplicação das Legislações Ambientais em especial

a Resolução do CONAMA 302/2002; acompanhar os processos de negociação junto à TRACTEBEL e demais empresas, bem como, todo e quaisquer assuntos que envolverem as centrais hidrelétricas; acompanhar os processos das centrais hidrelétricas já instaladas e aquelas a serem instaladas, com ou sem concessão, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(aa) NATÁLIO STICA, CHICO NOROESTE, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANDRÉ VARGAS, JOSÉ MARIA FERREIRA, PEDRO IVO ILKIV, LUCIANA RAFAGNIN, CIDA BORGHETTI e DELEGADO BRADOCK.

JUSTIFICATIVA:

A construção de centrais hidrelétricas com a finalidade de geração de energia tem se intensificado nas últimas décadas e com elas vieram os conflitos, seja pelas famílias atingidas, seja pelos municípios que disputam royalties e impostos.

Com isso, e por sugestão de audiências públicas, achamos prudente esta Casa de Leis fazer o devido acompanhamento e sempre que possível contribuir neste debate.

No Estado do Estado do Paraná a situação das famílias atingidas por barragens é grave. Muitas centrais estão em processo de instalação, somente na Bacia do Rio Chopim há discussão para construção de treze novas usinas. Em todas as regiões do Estado, as famílias e as organizações vêm se mobilizando para exigir das autoridades e das empresas um comportamento justo a todos.

Por estas razões, a criação da Frente Parlamentar De Acompanhamento aos Processos de Instalação e Concessões de Centrais Hidrelétricas no Estado do Paraná, é medida que visa reunir as forças políticas deste Parlamento, para dar apoio necessário às famílias, municípios e empresas envolvidas.

REQUERIMENTO Nº 2058

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na semana passada, em Apucarana, do Sr. Olímpio Barreto, fundador de Apucarana e pioneiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2061

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Paulina Kmetiuk, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2062

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Viana, aos 70 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2049

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Moreira Salles, pelos seus 45 anos de emancipação política, no próximo dia 25 de julho do corrente ano.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Hugo Berti, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Daniel Pacol; e a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, homenageia com este voto, a laboriosa população de Moreira Salles, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, no próximo dia 25 de julho do corrente ano.

Homenagem esta dedicada aos administradores de todos os tempos.

Moreira Salles é um município que não é meu nem seu: é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos os que deram parte de sua vida em favor deste terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificam, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

Nada mais confortante para o nosso espírito cívico e à nossa fé no Paraná que saudar efusivamente o Município de Moreira Salles pela passagem de mais um aniversário de fundação, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança da população com a invencível segurança transmitida por uma longa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências, em que os homens e as mulheres dão vida à administração municipal puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

Acreditamos que a fidelidade, o companheirismo, a gratidão, o reconhecimento e o sentimento de grandeza nos momentos de crises e tensões, fazem parte da ciência política, colaborando de forma imprescindível para o completo desenvolvimento do Município.

Está de parabéns toda a população de Moreira Salles na significativa data de 25 de julho, em que se comemora mais um aniversário de sua emancipação política.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e este Parlamentar, cumprimentam efusivamente toda a população de Moreira Salles na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

Parabéns, Moreira Salles.

REQUERIMENTO Nº 2051

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Azul, pelos seus 87 anos de emancipação política, no próximo dia 14 de julho de 2005.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Alexandre Burko, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito André Dusanoski, bem como a todos os Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta proposição estamos prestando a toda população do Município de Rio Azul, por ocasião da comemoração de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol do progresso daquela região.

Em 1885 penetraram no Sertão do Jararaca, as famílias de Domingos Soares de Ramos, José Lourenço

Cardoso, Joaquim Marinho, Frederico Ferreira, Joaquim Correia Lopes e Cláudio Amâncio de Oliveira, lançando os fundamentos históricos de Rio Azul.

Posteriormente a localidade ficou conhecida por Colônia dos Soares e Colônia Butiazal. Em 1902 foi inaugurada a estação ferroviária de Roxo Ruiz, denominação que homenageava o engenheiro-chefe de obras de companhia. Em 27 de novembro de 1907, o povoado foi elevado à categoria de distrito, com a denominação de Rio Cachoeira, que não agradou, voltando a denominação Roxo Ruiz, em 1916.

Em 1908 chegaram os imigrantes poloneses e ucranianos. Pela Lei nº 1759, de 26 de março de 1918, foi criado o Município de Roxo Ruiz. O primeiro Prefeito foi o Coronel Hortêncio Martins de Mello. Em 18 de setembro de 1920, o Município deixa de se chamar Roxo Ruiz, sendo substituído pela denominação de Marumby, pertencendo ao Termo de Irati. Nova alteração ocorre em 02 de janeiro de 1930, desta feita passando a chamar-se Rio Azul.

Parabenizamos a todos aqueles que de uma forma ou outra prestam sua colaboração acreditando que é com muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro.

A união do povo e administração municipal juntamente com a representação estadual é que impulsionam o progresso.

Nesta magnífica data, toda a população é digna do nosso reconhecimento e admiração, na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza do seu Município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão à população de Rio Azul, cumprimentando a todos no transcurso de seus 87 anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 2052

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Tuneiras do Oeste, pela passagem dos seus 45 anos de emancipação política, no próximo dia 25 de julho do corrente ano.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Walter Luiz Ligero, Prefeito Municipal ao Sr. Gean Carlos Skiba, Vice-Prefeito e aos Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Unindo-se ao contentamento de toda a população de Tuneiras do Oeste, nesta significativa data da come-

moração dos 45 anos de emancipação política, cumprimentamos efusivamente todos aqueles que continuam dando o melhor de seus esforços em prol do desenvolvimento cada vez maior de seu Município.

Em 1946, estabeleceu-se na localidade conhecida como Sertão de Guaíra, o Sr. Jorge Lopes, nomeado pelo Governo do Estado para ser guarda florestal. A colonização da região teve início em 1951, com a vinda das famílias de Hilário José da Silva, Antônio Rodrigues Bara, Joaquim Gonçalves da Luz e José Cícero da Silva, que ali se fixaram, lançando sua semente colonizadora. As terras da região eram devolutas, e foram cedidas pelo Governo do Estado aos colonos que deram início à formação de um povoado ao qual denominaram de Tuneiras.

Em 1952, estabeleceu-se o comerciante Antônio Vital. A 25 de abril de 1955, pela Lei Municipal nº 12 Tuneiras foi elevada à categoria de Distrito Administrativo, com território pertencente a Peabiru. Pela Lei nº 4.245, do dia 25 de julho de 1960, Tuneiras foi elevado à condição de município emancipado, com a denominação de Tuneiras do Oeste, com território desmembrado de Cruzeiro do Oeste e parte do território do Município de Cianorte.

A Padroeira da Cidade é Nossa Senhora de Fátima.

Trabalhando lado a lado, administração e povo, temos certeza obterão excelentes resultados para um futuro promissor, pois, com um trabalho integrado, e sempre com a colaboração de toda a população, Tuneiras do Oeste estará contribuindo sobremaneira com importante parcela, para o engrandecimento do nosso Estado e do nosso País.

O Legislativo paranaense, por intermédio deste Deputado, sente-se honrado em parabenizar todo o povo de nosso hospitaleiro Município, com votos de prosperidade e muito sucesso.

Parabéns, Tuneiras do Oeste.

REQUERIMENTO Nº 2053

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Flórida, pela comemoração, no próximo 25 de julho do corrente ano, dos seus 45 anos de emancipação política.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dada ciência a Sra. Maria Aparecida Pirani Leoni, Prefeita Municipal ao Sr. Afonso Dallago, Vice-Prefeito e aos Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Flórida.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que a toda a população do município de Flórida irá comemorar festivamente o transcurso de seus 45 anos de emancipação política.

Embalados pela esteira colonizadora dos anos quarenta, aportaram à região onde hoje está localizada a cidade de Flórida, os primeiros povoados do lugar: Em 1948 chegaram as famílias de Aureliano Félix Ferreira e José Miguel de Souza. No ano seguinte chegou José Bezerra.

Com o passar do tempo, o povoado que havia sido formado a poucos quilômetros da margem direita do Ribeirão Flórida, foi tomando aspectos urbanos e foi batizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, de Patrimônio de Flórida.

Em 1950 chegaram as famílias de Silvério Dallago, Menegassi, Benossi, Sesnik, Castellani, João Ferreira da Silva, Liberato Bento de Castro, Atônio Ignássio, Igídio Jacob, Pedro Soares Moreno, Elísio Barbosa, Abílio Campanha, Floriano Erquis, Eugênio Pascutte, Irine Bernussi e Anselmo Fávaro. Mais tarde, no rastro dos pioneiros vieram outras famílias.

Pela Lei nº 35, de 09 de novembro de 1955, foi criado o Distrito Administrativo de Flórida. Em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual nº 4.245, foi criado o Município.

A instalação oficial deu-se a 23 de agosto de 1960, sendo Prefeito nomeado o Sr. José Martins Sobrinho, e no dia 15 de novembro de 1961, tomou posse o Sr. Lívio Contarotti, primeiro Prefeito eleito.

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao Município de Flórida, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza da toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e à nossa fé no Paraná, que saudar efusivamente a população grandiosa de Flórida, na data da comemoração dos seus 45 anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e mulheres dão vida à administração municipal puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um Município em permanente transformação.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos que deram parte da vida em favor desta terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificaram, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens devidas à população de Flórida, na significativa data da comemoração de seus 45 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2066

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e reconhecimento aos médicos humanitários a seguir nominados, que passam a integrar a Academia Paranaense de Medicina: Dr. Affonso Meirelles Ennes, Dr. Ary Scheidt, Dr. Benito Antonio Parolin, Dr. Farid Sabbag, Dr. Irineu Antunes Filho, Dr. Ney Regattieri do Nascimento, Dr. Paulo de Tarso Monte Serrat e também ao Sr. Presidente Dr. José Fernando de Macedo e seus pares de egrégia diretoria.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

No momento em que amplia-se a Academia Paranaense de Medicina com novos nomes, todos eles de clínicos reconhecidamente humanitários, impõe-se a esta Assembléia do Povo do Paraná associar-se às homenagens, dirigindo-lhes um voto de reconhecimento e louvor.

Seja enviado aos doutores, na Associação Médica do Paraná, à Rua Cândido Xavier 575, Água Verde - Curitiba - CEP: 80.240-280.

REQUERIMENTO Nº 2040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor e aplausos nos Anais desta Casa, ao Major Roberson Luiz Bondaruk (Comandante do RPMon), pela autoria do Livro "Manual de Policiamento Montado Comunitário".

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de votos de louvor e aplausos nos Anais desta Casa, ao Coronel Silvio Santos de Moraes Sarmento - Comandante do Policiamento da Capital, pela passagem de solenidade alusiva ao aniversário do regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, lançamento do Livro Manual de Policiamento Montado Comunitário de autoria do Major Roberson Luiz Bondaruk (Comandante do RPMon) e inauguração do Projeto Formando Cidadão.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2065

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, bem como à Diretora-Presidente do

Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sra. Sandra Turra, encaminhando aos mesmos correspondência da Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Borba Gato, no Município de Maringá. Solicitamos, outrossim, seja enviada cópia desta correspondência à Sra. Geralda Guimarães, Presidente da Associação dos Moradores do bairro Borba Gato - Rua das Tipuanas, 393 - Jardim Borba Gato - CEP: 87.060-160 - Maringá-PR.

A reivindicação dos moradores é a reforma do Colégio Tomaz Edson, importante instituição de ensino localizado no referido bairro.

O Colégio foi fundado em 1982 e desde então não recebeu qualquer reforma. A líder do bairro ainda encaminha cumprimento ao Governo do Estado em razão do Programa Paraná em Ação.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando a instalação de um Centro de Alta Complexidade em Oncologia para atendimento de pacientes da região de Paranavaí.

Estamos anexando cópia do documento enviado pela Presidente da Associação dos Portadores de Doenças Especial - APDE, Sra. Edna Marlene Spigolon Abrão e do Secretário Municipal de Saúde de Paranavaí, Sr. Carlos Henrique de Paula.

Requer ainda, que se dê ciência aos solicitantes, através de correspondência, no seguinte endereço: Rua Antônio Vendramin, 2233 - Jardim Iguaçu - Paranavaí-PR - CEP: 87702000.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2046

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando que seja designado um Procurador para acompanhar as denúncias que o SINDSERV protocolou no Ministério Público de Londrina, acerca de irregularidades da Autarquia Municipal de Saúde.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná, Sr. Leonaldo Paranhos da Silva, solicitando informações sobre o regime de contratação dos nomes abaixo relacionados, bem como os vencimentos dos mesmos e os motivos pelos quais esses funcionários recebem adicional de periculosidade.

- 01 - Carlos Joaquim Batista.
- 02 - Clayton Luiz Bonatto.
- 03 - Cleverson Carlos Imoski.
- 04 - Eduardo Luiz Kaminski.
- 05 - Fernando Ramos.
- 06 - Flávio Alves de Azevedo.
- 07 - Giuliano Titericz.
- 08 - Ilmar João Pereira Machado.
- 09 - João Paulo de Lima.
- 10 - Juarez Ghelfi Júnior.
- 11 - Júlio Cezar Ravazi Tavares.
- 12 - Lairto Aparecido Crivellari.
- 13 - Luciano Anselmo dos Reis.
- 14 - Luis Flávio Bueno da Silva Santos.
- 15 - Marcelo Henrique da Fonseca.
- 16 - Marilice Romão Godoy Ribas Leite.
- 17 - Nilton César Álvares Fernandes.
- 18 - Otávio Augusto Vitek.
- 19 - Rodrigo Fabiano de Souza.
- 20 - Sidnei Carlos Pereira.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando documento em anexo.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

Londrina, 21 de junho de 2005.

Para:

Homero Barbosa Neto
Deputado Estadual

Prezado Parlamentar:

Considerando que V.S. é representante legítimo do povo e, por ele desempenha árdua tarefa, incluindo os que compõem a comunidade universitária, vimos pela presente solicitar vossa análise para o seguinte fato:

Os professores associados da Universidade Estadual de Londrina estão aguardando há mais de quinze anos a abertura de concurso para Professor Titular. Este anseio é normal na carreira e estamos na dependência de S. Exa. o Governador do Estado, em autorizar os concursos. Embora represente crescimento vegetativo nas finanças, não entendemos que isso venha a comprometer as dotações orça-

mentárias. Muitos docentes “pararam” na carreira pela ausência do Estado em otimizar os concursos.

Acreditando que sua representação política possa interceder junto ao Governo para que essa situação se resolva, agradecemos a deferência.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Wilmar Sachetin Marçal”

REQUERIMENTO Nº 2064

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, informando sobre os fatos que segue em anexo através de cópias da sessão de classificados no Jornal Gazeta do Povo e solicitando providências na apuração dos mesmos.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2059

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais, do Colégio Estadual Maria Aguiar - bairro Capão da Imbuía, que solicitam a determinação de policiamento ostensivo nesse colégio e proximidades, após às 18 horas.

Dias atrás ocorreu tiroteio na frente do colégio e os alunos foram obrigados a se esconder dentro de um bar para não serem atingidos. O local está muito perigoso, sem segurança e necessita urgentemente de policiamento.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) LUZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2060

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Frederico Escorsin - Bairro São Braz, que solicitam a determinação de policiamento ostensivo nessa rua, proximidades do Posto de Saúde União das Vilas e do ponto final do ônibus da linha São Braz.

Nesse local várias “gangs” que se encontram, brigam e depredam as casas com pedras deixando os moradores apavorados e sem segurança. A situação é crítica e necessita urgentemente de policiamento.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário:

01 - cópia do Contrato de Concessão Ferroviária da América Latina Logística - ALL junto a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT;

02 - informações detalhadas sobre os investimentos, se feitos em ferrovias sob a tutela da ALL no Estado do Paraná;

03 - informações sobre trechos rodoviários onde houve a interrupção do tráfego e por quê;

04 - se existir, um plano de metas para investimentos no trecho concessionado.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário sejam enviados expedientes à ANTT e a ALL Logística.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2056

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário as seguintes informações:

01 - quais as licitações onde foram constatadas fraudes e que desencadearam a operação “Grande Empreitada” em seis cidades espalhadas pelos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro?

02 - Quais as licitações ainda sob suspeita?

03 - Quais os nomes dos envolvidos presos?

04 - Se há a participação de funcionários públicos envolvidos ou que são comissionados do Estado?

05 - Quais os procedimentos adotados para evitar que tais irregularidades se repitam?

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário sejam enviados expedientes à Secretária da Segurança Pública do Estado do Paraná e ao Secretário Luiz Fernando Delazari, com cópias para o Governador do Estado Roberto Requião de Mello e Silva e para o Secretário-Chefe da Casa Civil Luiz Carlos Caíto Quintana.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 420/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária, no âmbito do Estado do Paraná, a ser outorgado em evento anual promovido pelo Poder Executivo Estadual, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança, bem como pela Coordenadoria Estadual para Assuntos dos Conselhos Comunitários de

Segurança e patrocínio de organizações nacionais e internacionais.

Parágrafo Único. O planejamento e a execução do evento de que trata o *caput*, serão de competência da Secretaria de Estado da Segurança Pública, podendo ser delegada para a Coordenadoria Estadual para Assuntos dos Conselhos de Segurança Comunitária do Estado.

Art. 2º Poderão concorrer ao Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária os projetos oriundos de Conselhos Comunitários de Segurança homologados, com a Diretoria mínima completa e que estejam em situação regular perante a Coordenadoria Estadual para Assuntos dos Conselhos de Segurança e atendam às normas do Decreto Estadual nº 2332, de 10 de dezembro de 2003.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei, estabelecendo as normas e procedimentos que deverão ser observadas no evento anual para a concessão do Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Nos anos 60, nos Estados Unidos da América, os movimentos pelos direitos civis provocaram uma série de protestos e denúncias envolvendo práticas policiais abusivas e arbitrárias. Esse cenário fez com que a sociedade organizada estudasse meios de intervir na atividade policial, seja como controladora de suas atividades, seja como participante de seus atos.

Nessa situação, uma das principais críticas contra o modelo policial referia-se à insuficiência de canais e instrumentos de controle sobre a conduta dos policiais. Nessa ocasião foram criados os chamados “civilian review boards”, que eram os conselhos que garantiam a participação de representantes da sociedade civil na apuração e no julgamento de denúncias e abusos policiais.

Os CONSEGS - Conselhos Comunitários de Segurança, são entidades compostas por líderes comunitários de um determinado bairro ou comunidade. Esses líderes reúnem-se, de maneira voluntária, para discutir e analisar, planejar e acompanhar soluções de seus problemas comunitários atinentes à segurança pública. Cada Conselho é uma entidade de apoio à Polícia Estadual nas relações com a comunidade.

No Brasil, o Estado do Paraná é um dos pioneiros nesse modelo de participação comunitária na segurança pública. Em Londrina as primeiras experiências ocorreram em abril de 1982. Em Maringá, em junho de 1983.

Os Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGS, estão presentes em muitos municípios no Estado e têm contribuído de maneira decisiva nas soluções encontradas na área da segurança pública, tornando-se assim

co-responsáveis por um dos modelos de Conselhos Comunitários mais atuantes e modernos no Brasil.

Ademais, seu trabalho e legitimidade tem sido reconhecidos pelas várias esferas de Governo e por institutos independentes, o que permite afirmar que os CONSEGS representam hoje, a mais ampla, sólida, duradoura e bem sucedida iniciativa de polícia orientada para a comunidade em curso no Brasil. A razão desse sucesso está na maneira como é feito o controle, uma vez que não mais se firma unicamente no controle negativo (punições e aplicações de sanções) e se adotou o controle positivo (influência dos cidadãos nas decisões relacionadas à função policial).

Ante o respeitável objetivo dos CONSEGS e o nobre nome de um dos políticos mais respeitados do Estado e do país, a criação deste prêmio vem prestigiar mais uma vez os paranaenses e também a bem sucedida parceria entre a sociedade e o Estado.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 421/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Criadores de Caracu - ABCC, com sede e foro no Município de Palmas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Criadores de Caracu é uma entidade civil, sem fins lucrativos, e tem como finalidade a representação e defesa de criadores de bovinos da raça Caracu.

Fundada em 12 de abril de 1980 e com sede atual na Rua Vicente Machado, 1322, na cidade de Palmas.

A Associação tem como objetivos específicos: promover o desenvolvimento e o melhoramento do rebanho bovino da raça Caracu; manter o registro genealógico dos bovinos da raça Caracu e sua variedade Mocha e dos que estiverem em fase de formação através de cruzamentos dirigidos, quando receber delegação através de convênios ou contratos com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); estudar a adaptabilidade da raça Caracu às diferentes regiões do Brasil; colaborar com os poderes públicos para a solução de todos os problemas que envolvem, ou venham a envolver a pecuária nacional; manter o gado bovino da raça Caracu dentro do padrão estabelecido pelo Regulamento do Serviço de Registro Genealógico condizente com o meio ambiente, aperfeiço-

ando no sentido das produções de carne e leite, da fertilidade e longevidade.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 422/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Prefeito Francisco Teixeira, o trecho da PR-281, que liga a localidade de Lagoinha à sede do Município de Agudos do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Propomos este plano de lei, com o intuito de homenagear um homem que escreveu a história do Município de Agudos do Sul, bem como colaborou com toda aquela região, através de seu trabalho honrado.

Um dos maiores nomes que passou por Agudos do Sul, na sua história.

Vereador mais votado em 1972, com 309 votos, votação até hoje não superada.

Parteiro por 33 anos naquela cidade, trazendo ao mundo mais de três mil crianças, trabalhou por 33 anos como enfermeiro, no Posto de Puericultura da cidade. Eleito Vice-Prefeito, sendo reconhecido como Funcionário Modelo em 1976. Com o segundo pleito eleitoral, teve o reconhecimento da população. Várias homenagens locais foram prestadas a esse homem de valor, reconhecido como uma das pessoas mais influentes dentro do Município. Batizou mais de mil crianças.

Por sua popularidade foi eleito Prefeito em 1996, pelo PMDB, Partido este que honrou até o final de seus dias de vida. Homem que sempre esteve dando provas de bom viver e idoneidade política.

A justificativa que aqui apresentamos diz tudo com muita clareza: a trajetória política daquele homem que foi o saudoso Prefeito Francisco Teixeira.

Fazer política não é aproveitar-se dos cargos, quer para lisonjear a vaidade, quer pelo intuito imoral de se aproveitar da situação em benefício próprio ou de um grupo de amigos, em detrimento do bem coletivo.

O povo sabe, todavia, julgar onde está o que o defende e onde está o que o explora com promessas vãs, palavreiro despido de sinceridade.

Praticar a política, a sã política, é abraçar o sacrifício. Para tanto, são requeridos daqueles que a ela se entregam, qualidades incomuns de coragem e abnegação, aliadas a uma inteligência esclarecida, conhecida e de conhecimento profundo dos problemas sociais.

Ao Prefeito Francisco Teixeira, nunca faltaram esses predicados. A eles, acrescentando ainda o magnífico espírito de desprendimento que exornava seu caráter e a galhardia das atitudes que sempre marcou seus atos. As luzes do seu espírito culto, uniram-se ao calor de seu bondoso coração.

PROJETO DE LEI Nº 423/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido prazo de vida útil de veículo para o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento, em até vinte anos de uso, não podendo ultrapassar 25% da frota da transportadora.

Art. 2º A transportadora será responsável pela adequada manutenção, conservação e preservação das características técnicas dos veículos, exigidos e admitidos pelo DER/PR.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado tem por finalidade o aproveitamento de veículos para o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento, de até vinte anos de uso, devendo esses veículos transitarem em perfeitas condições de uso e com segurança, desde que passem por uma rigorosa vistoria por parte do Órgão competente, com adequada manutenção, conservação e preservação das características e especificações técnicas fixadas pelo DER.

Nada obsta que esses veículos transitem com boa manutenção técnica, e diante do expressivo número de unidades, geram enormes prejuízos à empresas, merecendo nesse caso o apoio dos nobres Pares desta Casa, à sua aprovação.

Grande Expediente:

Reservado para a Campanha “Violência Contra a Mulher”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos inverter a pauta de hoje novamente. Vamos usar o Grande Expediente antes do Pequeno, porque aquele está reservado para a Campanha Violência Contra a Mulher, por solicitação da Deputada Cida Borghetti.

De imediato passamos a palavra à Deputada Cida Borghetti.

Proponente:

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa.

(Lê):

“Em nome da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, e atendendo sugestão da Vice-Presidente da Comissão, Deputada Elza Correia, também Presidente do Conselho da Mulher do Paraná, recebemos a farmacêutica Maria de Lourdes Gomes de Castro Soares, que se pronunciará em nome do Sindicato e da Federação dos Farmacêuticos, fazendo, nesta Casa de Leis, o lançamento da Campanha ‘Violência Contra a Mulher - Vamos Apagar Esta Mancha da Nossa História’. Os dados sobre a violência contra as mulheres são alarmantes: a cada quinze segundos, uma mulher é espancada no Brasil.

Este dado é chocante, principalmente considerando que falamos a respeito da maioria da população brasileira, que é composta pelo sexo feminino. Desses casos de agressão, 70% deles ocorrem dentro de casa.

Devemos discutir e debater sobre nossos papéis enquanto pais, homens e mulheres, na formação de nossa sociedade. É nosso dever estimular o debate acerca desta cruel realidade.

No mundo, entre cada cinco dias de falta ao trabalho, um é decorrente de violência sofrida dentro de casa. Atos de violência contra a mulher são muito mais frequentes do que se imagina, apesar de serem passíveis de punições legais, muitas vezes as mulheres não têm coragem de denunciar - por vergonha de admitir ou por medo do agressor.

Desde 1985, quando foi criada a primeira Delegacia da Mulher, sabemos da importância dessas estruturas para atender mulheres em situações extremamente constrangedoras.

Senhoras e senhores, a situação continua grave. Esta violação dos direitos humanos não está confinada a nenhum sistema econômico ou político, e desconhece diferenças de nível social, raça ou cultura. É longo o caminho a trilhar no que diz respeito ao apoio às mulheres vítimas de agressões.

Já temos em nosso País as Delegacias de Defesa da Mulher, as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, os Centros de Referência, os Conselhos de Referência, os Conselhos e Coordenadorias de Defesa da Mulher e as Casas Abrigo. Além disso, ONG's de diversos segmentos, delegacias comuns, Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar também auxiliam as mulheres que precisam de ajuda.

Somente com denúncias e punição podemos mudar os tristes índices de violência contra a mulher. O silêncio é cúmplice da violência! É preciso denunciar e exigir a

punição dos agressores.

Quero lembrar também a importância dos 15 anos do Estatuto do Menor e do Adolescente, que serão completados no dia 13 de julho deste ano.

Como Presidente voluntária da PROVOPAR de Maringá, participei da implantação do primeiro Conselho Tutelar do Brasil, no município de Maringá, na gestão do Prefeito Ricardo Barros.

Ainda há muito para ser feito, mas enalteçamos o trabalho daqueles que começaram essa luta.

Lembramos, ainda, que o Prefeito de Maringá, Sílvio Barros II, criou a Secretaria Municipal da Mulher, a nosso pedido.

A nossa especial amiga Terezinha Beraldo Pereira é a primeira Secretária da Mulher do município de Maringá. Essa mulher valorosa vem realizando importante trabalho em defesa da mulher.”

Parabéns, Terezinha, pela coragem e pela determinação.

Também destacamos em Maringá o trabalho da Delegada Elza, que foi uma das primeiras delegadas do Paraná e brilhante na sua defesa da mulher.

Hoje Maringá conta também com a Delegada Aline, cujo trabalho também dignifica a todas nós mulheres.

Passamos a palavra, neste momento, à farmacêutica Maria de Lourdes, que fará o lançamento nesta Casa de Leis desta importante campanha do Sindicato e da Federação dos Farmacêuticos.

Parabéns pela iniciativa, e conte conosco.

Muito obrigado.

Oradores:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A seguir concedemos a palavra à Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Queria cumprimentar as minhas queridas companheiras que estão aqui, na pessoa da farmacêutica Maria de Lourdes, que nos procurou, procurou a nossa Presidente da Comissão, e nós resolvemos, porque entendemos de fundamental importância essa campanha. Não podemos, não devemos achar normal a violência de nenhuma ordem, muito especialmente a violência contra a mulher. Nós, mulheres brasileiras, há décadas, há séculos vimos no Brasil, Terezinha, lutando brava e heroicamente, resistindo a todo tipo de violência para que tenhamos uma sociedade mais saudável, mais feliz.

Temos que ser, brasileiros e brasileiras, visceralmente contra qualquer tipo de violência - a violência da miséria, da exclusão social, a violência do desrespeito aos nossos direitos civis, aos nossos direitos humanos, mas uma das piores violências, aquelas que mais danifi-

cam realmente o ser humano no seu emocional, no seu psicológico é a violência contra a mulher e tudo o que pudermos fazer para eliminarmos do nosso dia-a-dia este tipo de sofrimento, devemos fazer.

Por isso apresentei uma proposta nesta Casa, para a criação da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher e fiquei muito feliz com a nossa querida companheira Cida Borghetti presidindo essa Comissão, ela que já tem um trabalho também, uma luta em defesa dos direitos da mulher e que sugeriu ao Prefeito de Maringá a criação da Secretaria da Mulher, que é a nossa companheira do PMDB, Terezinha, que foi convidada para secretariar essa Pasta e está fazendo com muita competência e responsabilidade.

Então, é tarefa de nós todas que estamos aqui hoje. Mas não podemos deixar de dizer e reafirmar, e isto precisa ser feito em números, que dá a dimensão exata de que apesar de estarmos no século XXI, estarmos falando em avanços, em democracia, em solidariedade, em direitos humanos, percebemos ainda a pequenez da pessoa humana e percebemos ainda o quão intolerante é o ser humano em relação aos diferentes, como aconteceu agora na nossa Comissão de Justiça que votou contra a legalidade, constitucionalidade de um projeto que defendia os direitos humanos de todos aqueles que têm orientação sexual diferente da nossa. Isto para mim é um ato de violência, é um ato de desrespeito aos direitos humanos. E olha que nós sofremos para o projeto voltar a ser discutido nesta Casa.

Então, isto também é violência contra o ser humano, contra o cidadão. A mesma Comissão de Justiça que dá parecer favorável dá também parecer contrário ao mesmo projeto porque depende da vontade ou do bom humor, de repente, naquele dia, de alguns companheiros. É muito triste isso!

No Brasil, companheiras, a cada quinze segundos uma mulher sofre algum tipo de violência, totalizando dois milhões e cem mil mulheres vítimas, por ano. Ainda, segundo uma pesquisa, verificou-se que a violência contra a mulher ocorre tanto nas relações interpessoais quanto nas práticas institucionais, independente de raça, etnia, classe social, grau de instrução ou idade, sendo as formas as mais diversas possíveis, indo desde espancamento, estupro, ameaças, até assassinatos, não pouco comuns na nossa sociedade.

Como é que as Nações Unidas definem violência contra a mulher? Definem desta maneira: “qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero que resultam em sofrimentos e danos físicos, sexuais, psicológicos da mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação de liberdade, seja na vida pública ou privada”.

Segundo a sociedade mundial de vitimologia, na Holanda, que pesquisou a violência doméstica em 54 países, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica! Portanto a questão da violência contra a mulher não é uma questão que tenha a ver apenas com as mulheres brasileiras, tem a ver com os poderes constituí-

dos, com os governos, com as esferas de poder, com todos nós! Todos nós que temos que ser responsáveis para eliminarmos da face da terra, a violência contra a mulher e, evidentemente, contra a criança, contra os adolescentes. Isso é uma questão em cadeia, Deputada Cida, a mulher é agredida, agride a criança que vira adolescente, acha que isso é normal. Então, temos que interromper essa rota de violência que ainda vivemos no nosso País!

A cada quatro minutos uma mulher é agredida dentro da sua própria casa por uma pessoa com quem ela mantém uma relação de afeto, seja seu companheiro, seu marido, e 70% desses incidentes, dessa violência, dessa agressão, acontece na presença das crianças, o que é muito pior, reproduzindo essa onda de violência e fazendo que esses meninos e meninas, futuros homens e mulheres compreendam a violência como uma questão natural.

A questão da violência é uma coisa muito séria, muito grave, o Brasil é o País que mais sofre com violência doméstica, perdendo cerca de 10.5% do seu PIB, em decorrência desse grave problema. Isso é muito sério, perdemos 10% do nosso Produto Interno Bruto em função da violência contra a mulher, porque as mulheres são tão agredidas, tão violentadas que faltam ao trabalho porque são espancadas a ponto de não poderem se locomover ao local de trabalho.

Então, esses problemas todos estão aqui, temos muito pouco tempo e outros companheiros vão se manifestar, mas encerraria dizendo que não podemos mais conviver com esta arbitrariedade.

Como Presidente do Conselho Estadual da Mulher e tendo aqui na Casa a companheira Arlete, a companheira Cida e a companheira Luciana como conselheiras, estamos tratando dessa questão. Conseguimos um convênio com o Governo Federal para instituímos, em Curitiba, o nosso Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Já conseguimos os recursos, já conseguimos comprar os móveis, os equipamentos, agora estamos correndo para alugar a Casa. Faremos isso rapidamente e será a primeira vez que Curitiba terá um centro de referência dessa natureza.

Companheiras, é muito oportuno, Cida Borghetti, parabéns e às companheiras também, que pediram esse dia de lançamento deste alerta a todo Paraná em relação à violência contra a mulher, devemos apoiar toda iniciativa dessa natureza. Agradecemos ao Presidente, que prontamente aceitou o pedido da Cida para que pudéssemos realizar esta Sessão hoje.

Então, companheiras, esse flagelo, essa epidemia que atinge a todos nós, há que parar em algum momento. Gostaria de dizer que estamos empenhados na luta contra a violência à mulher, contra a violência aos trabalhadores e trabalhadoras, contra a violência a crianças e adolescentes, contra a violência aos portadores de necessidades especiais, contra a violência aos negros, aos índios, contra a violência aos sem terra, contra a violência aos

homossexuais, contra a violência a todos os homens e mulheres que ajudam a construir esta nação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passamos a palavra à Deputada Arlete Caramês.

Deputada Arlete Caramês (PPS)

A SRA. ARLETE CARAMÊS

(Lê):

“Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, caras Deputadas, demais presentes.

É com muita satisfação que ocupo a tribuna por ocasião do lançamento da campanha Violência Contra a Mulher - Vamos apagar esta mancha da nossa história.

Não podemos deixar de tecer elogios à cara amiga Deputada Cida Borghetti, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e Adolescente desta Casa, pela bela iniciativa de trazer para o nosso Estado a campanha que hoje está sendo lançada, a qual acreditamos ser mais uma importante arma para a conscientização do problema da violência praticada contra a mulher.

A violência praticada contra a mulher, infelizmente é um problema crônico em nossa sociedade. Mesmo no mundo ocidental, onde as mulheres gozam de aparente igualdade perante os homens, ainda assim, a elas não são garantidos todos os seus direitos fundamentais, principalmente o direito à incolumidade de sua integridade física.

Apesar dos notáveis avanços das mulheres, as quais, por conta de suas incansáveis lutas, se fazem presentes e atuantes em todos os segmentos da sociedade, a mulher ainda sofre com a violência contra ela praticada, e não somente com a violência física, mas também a psíquica e a discriminação nas relações de trabalho, nas quais, pelo mesmo serviço, ainda ganham menos que os homens. Isso tem que acabar.

A violência contra a mulher deve ser combatida em todos seus aspectos, mas indubitavelmente, temos que acatar veementemente aquela mais grave, qual seja a violência física e psíquica, pois esta aniquila, destrói sua auto-estima, retira da mulher a sua condição de igualdade para com os homens.

Estudos sobre a violência contra a mulher demonstram que a violência mais comum é a doméstica, ou seja, aquela cometida por familiares ou pessoas que vivem na mesma casa, causando dano ou sofrimento físico e psicológico, e por vezes até a morte. Infelizmente, esta modalidade de violência é uma das mais invisíveis e uma das violações dos direitos humanos mais praticadas e menos reconhecidas no mundo.

A Organização Mundial de Saúde reconhece a violência doméstica como um problema de saúde pública, pois afeta a integridade física e mental. Mulheres em situação de violência freqüentam com assiduidade os serviços de saúde, em geral com ‘queixas vagas’.

As rotas das vítimas de violência doméstica passam regularmente pelos pronto-socorros, pelos ambulatórios e pelos hospitais da rede de saúde, que em geral não conseguem fazer o diagnóstico de violência doméstica, assim como não compreendem a magnitude do problema como uma questão de saúde pública nem conseguem assumir a responsabilidade social que lhes cabe.

Assim, gostaria de ressaltar que exatamente com a finalidade de se identificar e punir os casos de violência contra a mulher, considerando que vítimas de violência doméstica passam regularmente pelos pronto-socorros, pelos ambulatórios e pelos hospitais da rede de saúde, apresentei nesta Casa um projeto de lei que tramita sob nº 153/2005 que estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviços de urgência e emergência e cria a Comissão de Monitoramento da Violência contra a Mulher.

Se aprovado o projeto, caso a mulher atendida em hospitais, nela seja identificado caso de violência doméstica, a instituição deverá notificar obrigatoriamente o serviço de epidemiologia da Secretaria da Saúde, a qual poderá, em conjunto com os outros órgãos governamentais, atuar, criando programas específicos para a contenção da violência doméstica com base em dados concretos, podendo também os dados serem requisitados pela autoridade policial para a futura punição dos agressores.

Iniciativas legislativas como esta e outras de autoria de demais Deputados que tramitam na Casa, assim como a campanha que hoje se inicia demonstram a preocupação da sociedade e desta Casa com a violência praticada contra a mulher, motivo pelo qual acredito que estamos no caminho certo para num futuro próximo conseguirmos senão acabar, pelo menos reduzir drasticamente os índices de violência praticado contra a mulher.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Queremos passar a palavra à Sra. Maria de Lourdes Gomes de Castro.

Sra. Maria de Lourdes Gomes de Castro

A SRA. MARIA DE LOURDES GOMES DE CASTRO

Boa tarde a todos os presentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e aos demais presentes numa Sessão que foi aberta a nós. Agradecemos este espaço para defender a causa da mulher, que hoje está sendo levantada, a violência contra a mulher. Temos que apagar essa mancha da nossa história. A coisa já se arrasta há muitos e muitos anos, porém a Federação Nacional dos Farmacêuticos, entidade esta de defesa da profissão farmacêutica e da qual sou Vice-Presidente e o Sindicato dos Farmacêuticos também na qualidade de Vice-Presidente.

Estamos aqui presentes após uma solicitação da Federação Nacional dos Farmacêuticos para desencadear essa campanha em nível nacional. Ela teve seu início na Bahia, em Salvador, de lá para São Paulo e demais Estados, cada mês dois Estados farão essa campanha. Coube a nós chegarmos até aqui, por intermédio de Laurita que é membro do Conselho Estadual de Saúde e que nos apresentou à Deputada Elza Correia. E ela prontamente aceitou a nossa proposta. E acho que dentro desta Casa as Deputadas presentes sabem o quanto é importante trabalharmos contra a violência à mulher.

(Lê):

“Em 1999, as Nações Unidas designaram oficialmente o 25 de novembro como Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Antes da designação pela ONU, o 25 de Novembro já era trabalhado pelo movimento internacional de mulheres, particularmente pelas latino-americanas, a partir do 1º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em 1981. A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos - Rede Saúde - não poderia se ausentar do 25 de Novembro, uma vez que a eliminação da violência contra a mulher é pauta fundamental de sua agenda de lutas.

Violência Plural

A mulher sofre diversas formas de violência. Se ela pertence às classes menos favorecidas, sofre a violência de classe. Se ela não for branca, sofre a violência racial. Pode ser vítima de uma violência agravada, por exemplo, se for negra e pobre.

No entanto a mulher independentemente de sua classe social, raça e idade sofre também uma violência específica, de gênero, ligada à questão da subordinação da população feminina. A organização social de gênero atribui aos homens prerrogativas que lhes permitem ditar normas de conduta para as mulheres, assim como julgar a correção do cumprimento dessas normas. A violência contra a mulher é a primeira forma de regulamentação das relações sociais de sexo, uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

Definimos violência contra a mulher como todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privada, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade.

A Delegacia da Mulher tem por princípios:

- assegurar tranquilidade à população feminina vítima de violência, através das atividades de investigação, prevenção e repressão dos delitos praticados contra a mulher;

- auxiliar as mulheres agredidas, seus autores e familiares a encontrarem o caminho da não violência, através de trabalho preventivo, educativo e curativo efetuado pelos setores jurídico e psicossocial.

Crimes contra a mulher, segundo o Código Penal Brasileiro:

- lesões corporais: ofensa contra a integridade corporal ou a saúde de outrem;
- ameaça: ameaçar alguém por palavras, escrito, gestos ou qualquer outro meio simbólico de causar-lhe mal injusto e grave;
- estupro: quando a mulher é forçada, obrigada a manter relação sexual completa ou incompleta, independente de ejaculação masculina;
- sedução: ato de conduzir, levar, conquistar a confiança com vista a ofensa à integridade de menores;
- rapto violento ou mediante fraude: ato de retirar a vítima de sua área de locomoção e proteção;
- rapto consensual: ato de retirar a vítima de sua área de locomoção e proteção com consentimento livre e consciente da vítima, maior de 14 anos e menos de 21 anos.

Também estão incluídos os crimes:

- posse sexual mediante fraude;
- atentado ao pudor mediante fraude;
- atentado violento ao pudor;
- perigo de contágio venéreo;
- perigo de contágio de moléstia grave;
- constrangimento ilegal;
- seqüestro e cárcere privado;
- redução à condição análoga de escrava;
- corrupção de menores;
- favorecimento à prostituição;
- mediação para servir a lascívia de outrem.

O que fazer se você foi vítima de agressão:

Vá até a Delegacia da Mulher, que funciona 24 horas e relate o ocorrido. Você será orientada sobre o que fazer. Você poderá obter informações também pelo telefone: 222-5323.

Em caso de estupro não jogue as roupas fora, traga-as para a Delegacia da Mulher quando vier fazer a denúncia. Se for o caso, você será encaminhada para atendimento hospitalar conveniado.

Quando o autor da agressão for desconhecido procure guardar a aparência física, das roupas ou de outros detalhes que ajudem a identificá-lo.”

Enfim, existem várias situações que, através da Delegacia da Mulher, podem levar aquela que foi vítima, a uma situação de melhor solução.

Temos que relatar que o papel do Conselho Estadual da Mulher é muito importante aqui no Estado do Paraná. Se temos esse Conselho, que foi criado aqui no Paraná e eu não sei como é que isso funciona nos demais Estados, mas, com certeza, existem outros conselhos, e nós, como mulheres defensoras desta causa em que nos sentimos muitas vezes ameaçadas, nós, de uma forma geral, estou generalizando, acho que compete àqueles que podem fazer alguma coisa por esta campanha, desencadeá-la de forma tão altruística, que nos dê a satisfação e a sensação de em 25 de novembro, que é a data desta campanha, sentimo-nos realizadas, pelo menos com o encaminhamento mais salutar, mais proveitoso para todas as mulheres do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passamos a palavra para a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Laurita, Maria de Lourdes.

Cumprimento a todas as companheiras que estão aqui e a todas as mulheres que também assistem a esta Sessão.

Quero, de maneira especial, saudar a todos os agricultores e agricultoras, companheiros e companheiras que estiveram nesta manhã, já acompanhando a Audiência Pública que tivemos, num pedido do Movimento dos Atingidos por Barragens, do MAB, da CPT e também da FETRAF-Sul. Quero cumprimentar a todos que agora à tarde, acompanham esta Sessão.

Gostaria de somar-me em primeiro lugar com as nossas companheiras e de maneira especial, parabenizar aqui a Deputada Cida, por ter promovido este momento, um momento especial, esta Sessão Especial onde se faz uma reflexão sobre a violência que ocorre com a mulher. Realmente nós ficamos bastante assustados e é necessário cada vez mais que nos organizemos, que possamos somar forças, buscar bastante apoio, para que possamos combater a violência que ocorre com a mulher.

Quando falo da mulher, e aqui já citado muitos dados que nos assustam. Sempre gosto de me reportar também à mulher agricultura, que tem a dupla jornada, que também sofre pelas interpéries do tempo, depende da chuva na hora certa, do sol na hora certa para poder colher o seu produto e a sua renda provém dali.

Fico preocupada com a mulher agricultora que todos bem sabem que só conseguiu o direito de aposentadoria na Constituição de 88. Só conseguiu o salário-maternidade na Constituição de 88 depois de muita luta, muita organização. E agora quando falamos dessa mulher, gostaria de dizer que, somando a todas as demais companheiras no combate a violência a mulher e falando da mulher agricultora, queria me reportar e aqui nós temos muitas agricultoras e também são vítimas da violência em função do campo, quando na construção das centrais hidrelétricas.

E eu, num acordo com a Deputada Cida, à qual quero agradecer muito por nos ceder um pouco desse espaço do Grande Expediente dessa Sessão, para que pudéssemos ouvir aqui, não vai ser uma mulher, mas vai ser um companheiro que trabalha muito em defesa dos direitos da mulher poder explanar para nós um pouco do que vem ocorrendo com os agricultores, com as agricultoras, que são vítimas de certa forma da expulsão, são vítimas pelas construções das centrais hidrelétricas, são obrigados a serem expulsos do campo, são convidados a se retirarem, muitas vezes, sem indenização na grande parte, sem ter avaliação real da terra e nós queremos

então neste dia, no momento convidar o companheiro Hélio Meca, do Movimento dos Atingidos por Barragens, para que possa aqui usar desse espaço e explanar aos demais Deputados sobre o que ocorre hoje com todos os atingidos por barragens.

Sr. Hélio Meca (Representante do Movimento aos Atingidos por Barragens)

O SR. HÉLIO MECA

Boa tarde a todos! Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas.

Quero agradecer à Deputada Cida e à Deputada Luciana por esse espaço importante, os companheiros e companheiras agricultores. Já nos pronunciamos hoje pela manhã em audiência pública, para falar de uns assuntos que são muito importantes para a vida, que é a água e energia, os quais nos vem trazendo problemas gravíssimos no Estado já há muitos anos. Só para terem um idéia geral, no país nós testamos com mais de duas mil barragens construídas e já desalojou em torno de um milhão de pessoas, sabendo que dessas, 70% não tiveram tratamento adequado e vivem hoje sem condições de continuar produzindo, ou seja, as barragens que vieram em nome do progresso conseguiram de uma forma arbitrária tirar o direito das pessoas de continuarem trabalhando e produzindo.

Isso se repete aqui no Estado do Paraná com todas as hidrelétricas construídas e muitas delas ainda na época da ditadura militar tem expulsado muitas pessoas das suas atividades, sobretudo, os agricultores. E hoje, no Brasil, sofremos um ataque extremamente grande, porque o nosso país felizmente é rico em rios, em potenciais hídricos que possibilita a geração de energia através da construção de barragens. O Estado do Paraná sofreu, na época da privatização, um grande golpe quando foi privatizado parte do seu parque de geração de energia.

Dizer, Sr. Presidente, que ainda no Brasil até o ano de 2015 tem o planejamento da construção de 490 grandes hidrelétricas, e mais novecentas pequenas hidrelétricas, e que se esse projeto for executado em torno de oitocentos e cinquenta mil pessoas serão desalojadas, ou seja, muito mais pessoas perderão a terra do que as pessoas que estão recebendo terras através do programa de reforma agrária. Só no Estado do Paraná, Sr. Presidente, são 170 barragens planejadas até o ano de 2015, e hoje no Brasil nós temos cinquenta grandes hidrelétricas sendo construídas e setenta sendo planejadas para serem executadas até o ano de 2007.

E o pior disso tudo é que nós paranaenses e brasileiros estamos entregando um patrimônio que deve estar, no nosso entendimento, a controle do Poder Público e a serviço do desenvolvimento do nosso País, ou do nosso Estado. E neste momento essas obras, esse potencial, essa riqueza está sendo entregue ao domínio de empresas privadas, sobretudo multinacional.

Por isso, Sr. Presidente, a partir dessas considerações, apesar de poucos minutos, nós, atingidos por barragens ligadas às diversas entidades, em diversas reuniões, encontros, decidimos recorrer a esta Casa para que possamos ter apoio, primeiro: para que nenhuma obra no Estado do Paraná seja construída sem que antes se resolva o passivo social e ambiental que as já construídas deixaram, e muito a desejar. Segundo: que nós discutimos as próximas barragens, para que serve, para que construir, para onde vai a energia, quem vai pagar a conta, e se for necessário para o desenvolvimento do nosso Estado que se possa fazer um plano de relocação, garantindo a indenização justa e o reassentamento das pessoas que são diretamente afetadas.

E por último, Sr. Presidente, gostaria de dizer que nós apresentamos uma pauta hoje de manhã na audiência pública, e gostaríamos de contar com o apoio desta Casa para que possamos abrir um processo de negociação, principalmente com a empresa chamada TRACTEBEL, Belga Francesa, que tem o domínio de duas obras aqui no Estado, que é Salto Santiago e Salto Osório. E essas obras hoje sofrem um problema porque estão operando de forma ilegal em função de que não conseguem regulamentar a lei ambiental através de um decreto, decreto 302 do ano de 2002, que obriga todos esses lagos artificiais ter uma faixa ciliar de cem metros. E hoje se encontram em torno desses reservatórios muitas famílias que dependem da terra para continuar sobrevivendo.

E nós, a partir dessas discussões, recorreremos a esta Casa para que possamos abrir um processo de negociação para que se garanta o reassentamento, a indenização justa e tudo que for necessário para que a lei possa ser cumprida, porque deixamos como está, novamente as pessoas que moram em torno do lago serão prejudicadas, serão tiradas de forma arbitrária como se fazia na época da Ditadura. E acho que o processo que vivemos atualmente, o processo democrático, não é possível que possamos admitir que uma empresa belga-francesa usufrua das nossas riquezas naturais, da nossa terra, para cada vez acumular mais riqueza e capital, e deixam os nossos paranaenses sem terra, sem emprego, sem saúde e sem educação; e a gente manda remessas, cada dia que passa, milhões e milhões de remessas em dólar, que é o lucro que essas empresas geram.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de pedir, em nome dos nossos agricultores, das nossas agricultoras, de todos os atingidos que moram ribeirinha a essas áreas, de todos que são futuros atingidos que, a partir de agora, pelo menos, se não no Brasil, no Estado do Paraná possa se fazer justiça em nome do progresso. Se não fizerem justiça na aplicação da lei, não se comete injustiça com os nossos trabalhadores.

Fico muito agradecido em nome dos atingidos por barragens do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria de cumprimentar o representante das pessoas que residem nas áreas atingidas por barragens, mas este será um assunto no nosso pronunciamento no Horário das Lideranças.

Estávamos aqui ouvindo as palavras proferidas pelas Deputadas Cida Borghetti, Elza Correia, Luciana Rafagnin e da Arlete Caramês.

Em nome dos Parlamentares desta Casa cumprimentar, em especial, a liderança da Cida, da Elza, da Luciana que estão fazendo esse trabalho excepcional em favor da mulher paranaense e brasileira.

Quero pedir desculpas pelo número de parlamentares neste momento. Mas estávamos aqui vários Parlamentares prestando atenção. E queremos render a nossa homenagem a esse trabalho excepcional feito por essas Parlamentares.

Quero prestar uma homenagem às mulheres paranaenses. Quero prestar homenagem à minha esposa, à minha filha que me deu neto e me trouxe muita felicidade para dentro da minha casa.

Quero cumprimentar todas as famílias paranaenses e dizer, em especial me dirigindo à televisão neste momento, porque muitas mulheres estão nos assistindo, que precisamos de mais mulheres Deputadas porque enriquecem este Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Também quero me associar a essa idéia de uma campanha contra a violência que sofrem as mulheres.

Quero lembrar que tenho aqui na Casa o meu projeto que cria as “Pousadas de Maria”, as casas para apoio às mulheres vítimas de violência em todas as principais cidades do Estado do Paraná. Em Ponta Grossa, Paranguá, Maringá, Londrina, Pato Branco, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu.

O Governador Roberto Requião começa a prestar atenção a essa idéia. Porque essas casas de apoio que criei em Curitiba, na condição de Prefeito, por inspiração da minha Margarita. A de Curitiba não posso dizer o endereço, porque é da tradição que não se diga o endereço. Essas casas possibilitam que as mulheres que sofrem violência não tenham que voltar para a cama do seu algoz ou para a casa do seu algoz. Ali recebem tratamento psicológico, apoio até conseguirem uma reinserção social. O Governo da Baía fez uma Pousada de Maria, o de São Paulo também fez. E é meu entendimento que elas devem ser lei em todo o Paraná, com dinheiro no orçamento para serem implantadas ainda no Governo Roberto Requião.

Agora a campanha da violência contra a mulher dos farmacêuticos e contra o assédio sexual merece todo apoio. Porque já é novo esse tempo que estamos vivendo. Por exemplo: na Espanha está o Ministro Zapatero reconhecendo todos os direitos civis.

Não se aceita uma sociedade que não reconheça em plenitude os direitos civis. Então, associe-me a essa manifestação, às Deputadas nossas e me associe à luta, sobretudo da nossa companheira Elza Correia, em favor da igualdade da mulher, porque em casa eu tenho uma mulher adorável, a minha Margarita, que é também uma militante da igualdade das mulheres.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de agradecer a esta Casa, em especial à Presidência; aos nossos colegas Deputados Valdir Rossoni e Rafael Greca que puderam se manifestar em nome dos nossos colegas Deputados e entenderam que esta causa, além de nobre, é uma luta que nós mulheres enfrentamos diariamente.

Gostaria de agradecer imensamente à Dra. Maria de Lourdes que é Vice-Presidente da FENAFAR - Federação Nacional dos Farmacêuticos e Farmacêuticas. Leve o nosso abraço à Dra. Maria Eugênia Khury, leve o nosso carinho, parabéns por essa iniciativa.

Muito obrigada, Deputada Elza Correia, por nos trazer tão nobre presença nesta tarde de hoje, também as suas Conselheiras do Conselho Estadual da Mulher. Muito obrigada, Secretária do Município de Maringá em defesa da mulher; muito obrigada, Deputada Arlete, que fez um brilhante pronunciamento; muito obrigada, Deputada Luciana; muito obrigada, às nossas companheiras; a imprensa; aos funcionários desta Casa, em especial à nossa assessoria; também à Luciana, que é assessora dos direitos da mulher, da criança e do adolescente.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa quer cumprimentar a Deputada Cida Borghetti pela iniciativa, bem como à Deputada Elza, à Deputada Arlete, à Deputada Luciana Rafagnin, por trazer no dia de hoje, à pauta de discussão desta Assembleia Legislativa, um tema tão relevante que merece a atenção de todos nós.

Também gostaríamos de cumprimentar a Deputada Luciana Rafagnin pela audiência pública realizada hoje nesta Casa, na parte da manhã, que traz à pauta de discussão um assunto tão importante que é a problemática enfrentada por todos vocês com a questão das barragens. Tenho acompanhado de perto uma desapropriação no Município de São Mateus, que já é a terceira pela PETROBRAS, e conheço bem as dificuldades e lutas que têm que ser travadas para que possamos conseguir os nossos direitos.

Então, parabéns a vocês por essa luta e que vocês possam ser firmes e perseverantes.

Suspendo por dois minutos a Sessão.

(Suspensa a Sessão)

(Reabertura da Sessão)***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Reiniciando os nossos trabalhos passamos ao Pequeno Expediente.

O primeiro orador inscrito, Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria que me inscrevesse no horário do PSDB, da liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra, Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Meu caro Presidente desta Sessão, Pedro Ivo, nossos colegas Deputados, um abraço muito especial às Deputadas desta Casa que promovem hoje uma Sessão Solene, importante, a luta contra a violência da mulher.

Gostaria, Deputada Elza, embora seja a pauta inicial desta Sessão aquilo que foi falado pelas nossas Deputadas, mas gostaria de tratar de um assunto que falamos hoje pela manhã quando da audiência pública coordenada pela nossa colega Deputada Luciana Rafagnin, que através da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio fez, Deputado Valdir Rossoni, esta audiência pública para tratar de um assunto extremamente importante.

Nós da região sudoeste do Paraná temos enfrentado um problema gravíssimo com relação à questão em torno do lago, especialmente do Salto Santiago. Ocorre que quando construíram a usina, não foi determinado aos agricultores que tinham que deixar cem metros de onde está o nível da água.

E a empresa que comprou a usina também muito interessada tão e somente no lucro não estão preocupada, eu diria Deputada Luciana, em saber como fica a situação dos agricultores.

Então, está um “empurra-empurra”. Os órgãos ambientais querendo que os agricultores cumpram uma determinação que é de lei, mas é bom dizer que essa determinação não é de agora, já tinha anteriormente à construção da usina. E os nossos agricultores ameaçados de perderem grande parte de suas propriedades.

E quero chamar a atenção de um ponto: houve aí um encaminhamento da audiência pública, a Deputada Luciana já está coletando assinaturas, deveremos formar essa Frente Parlamentar para cuidar desse assunto. Mas, há algo que me preocupa. Falava para alguns agricultores de Chopinzinho que ali estavam, enfim outros agricultores da nossa região, já que tenho aqui amigos da minha infância, pessoas que convivemos juntos na agricultura.

Eu falava que de repente só indenização não vai resolver o nosso problema. Por quê? Porque senão daqui a pouco se indeniza os cem metros, mas ocorre que os cem metros inviabiliza a propriedade. E uma propriedade para ser substituída é difícil, meu caro Presidente. Porque ali estão as raízes, ali estão as gerações muitas vezes de famílias que são legadas de avô para neto. Ali tem muita coisa que foi feita com o suor e o trabalho de cada família dessas.

Então, não é simplesmente dizer: olha, daqui a pouco vamos indenizar aquela família que está lá, e que sua área vai ser preservada em cem metros, e simplesmente o restante da propriedade será inviabilizada.

Para tratar desse assunto, tem que olhar a propriedade como um todo. Aliás, aquilo que já foi feito. Porque muitas das propriedades, parte das propriedades já foram tomadas pela água.

Então, agora cem metros para a preservação, ninguém é contra a preservação. Absolutamente. Mas, não podemos deixar na mão dos agricultores aquilo que é de responsabilidade de quem construiu a sina ou no mínimo de quem comprou. Porque daqui a pouco quem comprou diz que tem que ter a preservação senão não recebe a licença para a operação. Quem construiu diz que a responsabilidade é de quem comprou. E os que estão sendo pressionados, os que não estão dormindo e os que têm que se deslocar de ônibus de lá até aqui para vir tratar desse assunto, são os nossos agricultores.

Então, quero apenas registrar aquilo que foi tratado aqui de manhã. Esse é um assunto que interessa a todo o Paraná, porque não adianta protegermos de um lado e desagregarmos do outro. Não adianta desagregarmos essas famílias todas, porque há centenas de famílias que não terão como permanecer na propriedade, porque vai inviabilizá-la. Aliás, como de resto, se extinguirmos das populações ribeirinhas, daqueles que fazem divisa com os rios, se exigirmos a reserva legal, área de preservação permanente e mata ciliar, na maioria dos casos nós acabamos inviabilizando a propriedade.

Se é verdade que precisamos preservar, então tudo bem! Mas, é preciso que se dê a compensação aos agricultores. E chamo a atenção que a compensação não pode ser apenas a indenização, porque você indeniza parte, mas prejudica o todo e prejudicando o todo, você inviabiliza a propriedade, que foi construída e conquistada - todo mundo sabe - com o suor e o trabalho de cada família, de muitos que vieram do Rio Grande do Sul, muitos que vieram de Santa Catarina, de muitos que ali já estavam e que transformaram a nossa região em uma região exemplo para o Brasil, em termos de organização, especialmente da pequena propriedade.

Registro, Sr. Presidente, para deixar esta Casa consciente do trabalho que temos realizado através desta Comissão, que estamos formando para dar resultado e não apenas para deixar os agricultores andarem para frente e para trás.

Muito obrigado!

O SR. DUÍLIO GENARI (PP) (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença do Prefeito em exercício de Tupãssi, o Sr. José Carlos Mariuci, e dos Vereadores João Brito, Edson Lopes e Odanir Barbosk. A presença deles muito nos honra!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas a todos!

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Não vou falar do pedágio que o Requião não cumpriu, não acabou e nem baixou. Não vou falar do IPE, que ele não recriou. Não vou falar da fila do Porto de Paranguá, que o irmão dele impôs aos caminhoneiros e aos exportadores no ano passado. Mas, vou falar, hoje, da famosa “Operação Verde” que está criada no Paraná.

Institui-se o Código Florestal em 1965, obrigando os agricultores a constituírem reservas legais. Veio a legislação, o CONAMA e toda a legislação ambiental possível para dificultar a vida dos agricultores de todo o Brasil. Quem tinha mata ciliar, agora você não pode contar para efeito de reserva legal, com área já de mata ciliar. Você tem que designar uma área especial de reserva legal. São os famosos 20% que precisam ser constituídos.

Hoje nós tivemos uma reunião na Comissão de Direitos Humanos e outras presidida pela Deputada Luciana Rafagnin e por vários Deputados que aqui estiveram, tratando do assunto. Vemos aí o Governo dificultando a vida dos pequenos agricultores espalhados por este Paraná e por este Brasil, querendo e obrigando a fazer também o georeferenciamento. Ora, coisas todas essas caras, absurdas para um país pobre como o Brasil. E eu há pouco ouvi criança chorar aí na platéia e estava me lembrando - quantas milhares de crianças choram neste Brasil por atos de governo que de maneira irresponsável vão marginalizando o povo e jogando para a rua, para a estrada, para as favelas milhares de pessoas que estavam produzindo e que são jogadas ao relento, à fome, à miséria, numa tortura permanente pelo resto da sua vida.

Entendo eu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como também entendem muitos advogados e juristas que estão analisando que o direito adquirido, a coisa julgada, não pode ser ferida por ações ou por leis que vieram da maneira subsequente. Não pode agora o IAP multar e a força florestal, a tal força verde criada pelo nosso Governador do Paraná, sair por aí multando e prendendo gente como se fosse a polícia nazista de Adolph Hitler. Lá na região de Maringá um velhinho de 72 anos foi preso e algemado e jogado dentro do camburão da Polícia Florestal. E eu vejo aqui o Promotor Público que cuida do setor do meio ambiente, o Sr. Sant Clair, vir e exigir que os

seus promotores aí no interior também façam a mesma coisa, comunicando os cartórios, obrigando as pessoas muitas vezes a ter que vender a propriedade porque não podem cumprir com aquilo que o Estado está exigindo hoje.

Ora, na campanha eleitoral nós escutamos um discurso e agora depois de eleitos praticam outros atos diferentes daqueles que se comprometeram com o povo do Paraná e com o povo do Brasil.

Eu fui Prefeito de Apucarana, criei parques, plantei árvores, fiz programas interessantes na área de meio ambiente, fui superintendente da pesca no Paraná por aproximadamente dois anos, no ano de 85/86. Gostaria de ver sim o Paraná com todas as araucárias que deveria ter. Isto é um sonho impossível.

Mas quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, saber onde está a reserva legal da Itaipu Binacional que também tem que ter 20% de reserva da área que está ocupando para gerar a energia que gera. Quero saber onde está a reserva legal das áreas inundadas pela COPEL. Quero saber onde estão as reservas das hidrelétricas, porque elas fazem parte do sistema do governo.

Então, é só o povo que tem que fazer reserva legal? O governo não? A lei é igual para todos. Ou abrandase isto e cria-se um método de se fazer uma coisa justa ou então isto vai acabar levando o povo às favelas, à miséria.

Muito obrigado. Eu volto depois.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Hoje houve uma vídeo conferência e no Senado Federal um debate acerca da questão dos transportes.

Como Presidente da Comissão de Transportes e a Infra-estrutura da Casa lá estive, representantes do setor de transportadores, também representantes de empresas que trabalham na área de manutenção de estradas. Pudemos apor alguns questionamentos em relação àquilo que está em andamento, porque havia uma exposição de membros do governo federal, aquilo que está em andamento para equacionar os problemas do transporte rodoviário. Agora à tarefa a vídeo conferência continua discutindo, Deputado Scarpellini, Deputado Rossoni, discutindo na vídeo conferência, nós temos possibilidade, aquele Deputado que quiser, infelizmente temos Sessão agora e a nossa maior abrigação é estar aqui, discutindo a questão portuária e a questão ferroviária, de manhã foi a questão rodoviária.

Mas, sem dúvida nenhum aquela vídeo conferência teve ausências importantes, do ponto de vista do Governo mas esta manhã ocorreu um processo que chamou a atenção do setor de obras, transporte, rodovias, que é a operação chamada Grande Empreitada, pela Polí-

cia Civil que prendeu membros da AEPOP - Associação dos Empreiteiros de Obras Públicas.

Chamo a atenção para este tema porque certamente haverá sérios desdobramentos em relação a isso. Não concordando com o método pelo qual se faz a apreensão de pessoas com endereço certo que podem ser investigadas, mas ainda assim levando em consideração que é positiva sim a apreensão de pessoas que fazem um conluio visando promover um acaque do dinheiro público, nas obras públicas. Falta muito ainda para que este episódio seja esclarecido, muito!

Protocolo hoje, daqui a pouco, um pedido de informações, Deputado Bradock, para que o Governo do Estado paralelamente às ações policiais que foram tomadas, tem prisão preventiva de 31 pessoas, grandes empresários do Estado do Paraná mas também servidores públicos, e faço este pedido de informações para saber quais foram as obras suspeitas, se elas foram suspensas, quais foram os procedimentos adotados pelo Governo para que tal não venha ocorrer novamente, se o Governo tem pregão eletrônico na aquisição de serviços e obras públicas que é uma forma de dar transparência.

É preciso, paralelamente a esta visão policial, se prende e amanhã está solto - que as consequências sejam dadas, que nós tenhamos o nome não só de empreiteiros mas também de membros do Governo, porque não há corrupção ativa sem a corrupção passiva, sem alguém que, no Governo, tenha dado guarida a interesses privados na área de obras públicas.

Esta operação chegou ao grau de apreensão em escritórios do Rio e de São Paulo e inclusive apreensão de documentos da PETROBRAS, portanto em licitações vultosas. A Comissão de Obras nesta Assembleia já havia questionado a Justiça também sobre uma licitação de 140 milhões de reais de pavimentação asfáltica em que apenas três grupos, ou consórcios, haviam saído vencedores. Isso foi objeto de questionamento, nos corredores e nos jornais e agora, no bojo desta investigação tem que ficar esclarecido.

Faço aqui, portanto, este pronunciamento em nome da Comissão de Obras, na medida em que as informações chegarem queremos torná-las públicas, as comissões permanentes da Casa têm esta obrigação, essa tarefa de, observando algo na sociedade, no Governo, dar curso às informações, socializar estas informações com os parlamentares, para que havendo transparência tudo fique esclarecido e não havendo outros procedimentos possam ser avocados, possam ser instalados para que a transparência se faça aqui e em qualquer outro lugar.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença, junto com o Deputado Duílio Genari, do Vereador Paulo Sérgio, de Ouro Verde do Oeste, Vereador por diversos mandatos que nos dá o prazer, no dia de hoje, na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Casa registra e dá as boas vindas.

A Mesa concede a palavra ao Deputado Ratinho Júnior.

Deputado Ratinho Júnior (PPS)

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje subo à tribuna com muita alegria, porque a campanha de entrega voluntária de armas foi prorrogada pelo Governo Federal por mais quatro meses. Isso mostra a grandiosidade e a importância desse projeto na questão da segurança pública e na verdade, comprova o sucesso dessa campanha do desarmamento, campanha essa que foi iniciada aqui no Estado do Paraná, aprovada por esta Assembleia Legislativa e que deu exemplo para o Brasil e através disso, tivemos a oportunidade de entregar nas mãos do Presidente Lula, uma cópia do nosso projeto, que foi aprovado em plenário e assim, implantado pelo Governo Federal, junto com outros projetos na área de segurança, mas o que vem se destacando realmente, foi esse projeto.

Têm havido vários debates sobre esse assunto, sobre essa questão do desarmamento e hoje, pesquisas já trazem a informação de que de cada dez pessoas, oito são favoráveis e querem votar o *referendum* na questão da proibição de fabricação de armas no país.

Hoje, eu olhando no site do Instituto Sou da Paz, tem um relato onde se lê: “Nem guerra bate violência no Brasil.”

Esse informativo traz alguns dados impressionantes para aqueles que não têm a informação e não sabem da grandiosidade e da importância desse projeto do desarmamento.

Gostaria de ler para os Deputados e Deputadas e para que também a sociedade soubesse da importância e porque esse projeto foi tão batalhado e foi tão “brigado”, no bom sentido, para que ele fosse realmente implantado no país:

(Lê):

“Nem Guerra bate violência do Brasil

Por Luciana Garbin

Um brasileiro morre de tiro a cada 14 minutos no País, como mostra estudo relativo ao período 1979-2003 feito pela UNESCO.

Nem as minas terrestres da guerra civil de Angola, nem os ataques da Guerra do Golfo, nem a guerrilha colombiana ou os conflitos entre Israel e Palestina. O país que mais mata gente em morte violenta, em termos absolutos, é o Brasil.

Segundo estudo da UNESCO lançado ontem, 107 brasileiros perdem a vida por dia pela ação de armas de fogo - 1 a cada 14 minutos, em média. De 1979 a 2003, foram 550 mil mortos, o suficiente para o Brasil ficar atrás apenas da Venezuela entre os países campeões da mortandade a tiro na população em geral e em terceiro

lugar quando se observa a população jovem (15 a 24 anos) - depois de Venezuela e Porto Rico.

Enquanto a população nacional cresceu 51,8% em 24 anos, o número de mortos por armas aumentou em 461,8%. Excluindo-se suicídios e acidentes, os homicídios por tiros subiram 542,7%. Entre os jovens, é pior: a população entre 15 e 24 anos cresceu 43,2%, mas morreram assassinados 742,9% a mais. 'O massacre do Carandiru, que matou 111 pessoas, virou problema internacional de direitos humanos. Hoje ocorre um massacre do Carandiru por dia e ninguém se scandaliza', diz o sociólogo e pesquisador da UNESCO Julio Jacobo Waiselfisz, autor do estudo Mortes Matadas por Armas de Fogo no Brasil: 1979-2003.

O levantamento foi apresentado ontem no Senado, num momento em que a campanha pelo desarmamento chega a 364 mil armas recolhidas e há a expectativa de que a Câmara aprove o referendo para proibir o comércio de armas (Veja abaixo). 'Como um país sem guerra civil, problema territorial e racial, problema de língua ou fundamentalismo religioso pode matar tanto sua gente?', pergunta o argentino Waiselfisz, há 29 anos no País - que escolheu o termo 'morte matada' por ser uma expressão popular.

E ele mesmo responde. Além de 'interesses poderosos', principalmente da indústria de armas, há o problema da perda de escala da violência. A AIDS por exemplo, que tem campanhas organizadas, causou em 2003 a morte de 606 jovens brasileiros, números 27 vezes menor do que a de jovens mortos pelas armas de fogo. 'Não estou criticando as campanhas contra a AIDS, mas como um flagelo que mata 27 vezes mais ainda encontra defensores do comércio e da posse de armas?', pergunta o pesquisador.

Para reverter a situação, Waiselfisz acredita que é preciso desarmar - por isso, a importância do recolhimento das armas e do referendo - e depois educar. 'Muitos dos conflitos que deveriam ser resolvidos de forma civilizada hoje são resolvidos pelo extermínio de outro', diz. 'A cultura de paz tem de ser reconstruída no País. Estamos num momento de virada histórico'. O diretor executivo do Instituto Sou da Paz, Denis Mizne, concorda. 'Numa guerra, quem decide quando é hora da paz são alguns generais. Mas agora temos no Brasil a chance de passar para a população essa decisão, de ter um país armado ou desarmado', diz Mizne. 'Nossa guerra é diferente e o Congresso não pode tolher o direito do cidadão de escolher'. Ele diz que o estudo da UNESCO é importante para comparar conflitos consagrados com o invisível no Brasil, que tem como consequência um genocídio de jovens. E aparece quando se discute o desarmamento.

O líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante, disse ontem que a base governista deve retirar o caráter de urgência de dois projetos em tramitação na Câmara dos Deputados para que o referendo popular sobre a proibição do comércio de armas de fogo no Brasil possa ser votado até amanhã.

Segundo Mercadante, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), também já prometeu desbloquear a pauta, pondo em votação outros projetos que estão na fila. 'Na campanha (do desarmamento), 364 mil armas foram devolvidas. Isso mostra que o País está atento. Faço um apelo à Câmara para que aprove ainda esta semana o plebiscito', disse.

Pressão

Ontem o petista e outros parlamentares aproveitaram a cerimônia de lançamento no Senado da pesquisa da UNESCO sobre violência para pressionar pela aprovação do projeto de decreto legislativo que prevê para outubro a realização do referendo. Deputados e senadores defenderam a aprovação do projeto o mais rápido possível pela Câmara, onde a chamada 'banca da bala' faz forte lobby contrário à proposta. Se a aprovação demorar, não haverá tempo hábil para organizar a consulta.

Para o presidente do Senado e autor do projeto, Renan Calheiros (PMDB-AL), a resistência dos 20 a 30 Deputados da bancada da bala é um 'equivoco', porque as mortes por armas de fogo no Brasil representam hoje mais de 10% do total do planeta. A UNESCO não confirmou os números citados pelo senador."

Isso quem falou foi um estudioso argentino. E por que ele falou isso? Porque lamentavelmente na Câmara Federal existe a famosa "Bancada da Arma", um número de vinte ou trinta Deputados que defendem a indústria bélica. E por sinal quem era o líder dessa bancada foi o Deputado Roberto Jefferson, este que está nas manchetes da capa da Veja, Jornal Nacional, enfim, dos grandes programas televisivos de todo o Brasil.

De todo o tiro que acontece no mundo, o Brasil é responsável por 10% das mortes. E por que falamos isso? Porque muitas vezes vemos apresentadores de televisão, vemos alguns Deputados defendendo a indústria bélica. E por que eles defendem essa indústria? Porque recebem dinheiro dessa indústria. Falam: mas as armas que entram no país são armas ilegais, vem do Paraguai e é verdade, quase 80% das armas que entram no país são do Paraguai. Só que quem exporta para o Paraguai somos nós, é o Brasil que exporta para o Paraguai e entra a importação no Brasil como forma de contrabando.

Então quer dizer: nós mesmos fornecemos armas para nós, através do contrabando e pior ainda, perdendo dinheiro de imposto.

Estamos felizes por esse projeto ter alcançado esse tamanho. Aqui no Paraná a redução foi de 34% o número de mortes com arma de fogo. Em São Paulo a redução foi de 8%, no Rio de Janeiro foi de 10% e se Deus quiser, vamos ter números ainda maiores. A Austrália fez a mesma coisa que o Brasil está fazendo em 96 fez uma campanha de desarmamento e eles conseguiram reduzir em 64% o número de mortes por armas de fogo. Se Deus quiser, vamos chegar nesse nível ainda.

Nós sabemos que não é só a campanha de desarmamento que vai resolver o problema da segurança, é necessário investimento de nove bilhões de reais na segu-

rança pública do país. Mas sem dúvida alguma, foi um grande passo que essa Assembléia Legislativa do Paraná deu exemplo para este país.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho fazer uma constatação na tarde de hoje, porque nesse último final de semana nas nossas andanças pelo Norte do Paraná constatei um número nunca visto de ambulâncias circulando pelas estradas do nosso Estado.

Até faço um elogio ao Governo do Estado, Deputado Scarpellini, mas confesso que fiquei impressionado porque volta e meia cruzávamos com as ambulâncias percorrendo as estradas do norte do Paraná.

Conversava aqui com alguns Deputados, existe nesta Casa algumas bancadas, tem a Bancada da Oposição, tem a Bancada da Situação; e agora tem também a Bancada dos sem ambulância e dos com ambulância.

Sou um Deputado que critico o Governo, que elogio quando merece, mas não aceito essa subserviência, não me submeto à maioria das decisões e portanto, não tenho nenhuma ambulância distribuída, eu sei que Deputados estão fazendo festa nas cidades do interior, levando como grande aquisição uma ambulância para o Município.

Mas, a pergunta que eu faço aqui: será que é necessário tanta ambulância dessa forma? Veja, tenho falado com insistência antes mesmo que a imprensa noticiasse as mortes por falta de leitos em alguns hospitais, e eu falo especificamente do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, o HU de Londrina, onde morreram 25 pessoas por falta de leitos de UTI. E ficamos aqui nos perguntando: por que será que o Governo não investe nos hospitais? Por que não dá condições para que os hospitais regionais possam atender essas pessoas? Porque o Paraná não é carente apenas de ambulâncias não, na região de Londrina nós temos o SIATE, temos o SAMU, temos até o TEC - Transporte Emergencial Centralizado, que faz o traslado dos pacientes até os hospitais; mas chega lá nos hospitais não tem pediatria, chega lá no hospital não tem anestesiológico, chega lá no hospital e falta até médico traumatologista.

Então, o que falta, na verdade, é um planejamento estratégico para esse Governo, que até agora, nesta questão da saúde, não vimos a que veio. Veja por exemplo, Londrina e região, quase um milhão de habitantes, apenas 102 leitos de UTI, e esse Governo até agora não construiu um, eu disse um único leito de UTI na principal cidade do interior do Paraná, e lá morreram recentemente seis pessoas na região. O Sr. Eduardo Ribeiro morreu em Ribeirão do Pinhal, a Sra. Marinês Pires Batista, de 37

anos, morreu esperando na fila por mais de sete horas uma vaga de leito de UTI, deixou filhos de sete, de dez e de doze anos para ser cuidado por seu esposo garçom. Morreram no Hospital da zona norte há quatro meses mais três idosos também. E o que nós estamos constatando na tarde de hoje? Até louvo a iniciativa do Secretário Cláudio Murilo Xavier, que disse: “não aceitamos que um paciente paranaense morra por falta de internação em leitos de UTI”. E já determinou apuração, através da nossa denúncia, de uma sindicância que está sendo realizada no Hospital Universitário, porque o fato é gravíssimo. Mas aí vem o Diretor dessa mesma Secretaria, numa declaração infeliz à imprensa londrinense, e diz que apenas morreram duas pessoas. Ora, um médico, um ex-Prefeito, um Diretor e uma Secretaria dizer que apenas morreram duas pessoas. Quanto vale uma vida? Está em desacordo inclusive a orientação do próprio Secretário Cláudio Murilo Xavier.

Agora, o que não podemos entender é a forma como esses pacientes estão sendo retirados dos hospitais que não têm UTI e capacidade para poder atender a essa demanda. Esses dias morreu uma criança dentro de uma ambulância, porque a central de leitos detectou uma vaga em Ponta Grossa. Essa criança estava doente em Jacarezinho, essa ambulância saiu de Londrina, e até Jacarezinho são 150 quilômetros; até pegar essa criança para levá-la para o hospital em Ponta Grossa, é claro que iria morrer.

Então, precisamos ter a noção aqui daqueles que têm ambulância e não têm ambulância, que abrissem mão até dessas ambulâncias e investissem esse dinheiro do Governo do Estado para o aparelhamento dos hospitais, para a contratação de médicos, para a aquisição de remédios, e que sejam atendidos como merecem os pacientes, senão o Dr. Marco Antonio Batista vai ter que fazer o desparafusamento das macas de dentro dessas ambulâncias para poder deixar instalada nos hospitais, como aconteceu no HU na cidade de Londrina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência quer registrar a presença do Prefeito de Inácio Martins, Sr. Silvino. Boas-vindas!

Próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não vou falar da saúde pública brasileira, porque o povo que está aqui presente acompanha diariamente em todos os canais de televisão o caos no Rio de Janeiro, São Paulo. O povo sendo abandonado pelo Governo Federal.

Hoje tivemos uma reunião da Comissão Especial criada para investigar e acompanhar o acidente do navio Vicuña, na Baía de Paranaguá.

Para o conhecimento de todos o navio Vicuña há oito meses atrás causou o maior acidente ambiental do país. Esta Casa criou uma comissão especial e começou acompanhar quem seria o responsável para o pagamento e para a recuperação do dano ambiental do devido acidente.

Passado oito meses ainda não temos um laudo conclusivo do IBAMA e do IAP. Queremos que o IBAMA ao aplicar a multa, que não vá o dinheiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente, que é do IBAMA, para ser investido no Norte, no Nordeste a não ser àquelas regiões de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba.

Hoje ficou deliberado que no dia 4 de agosto às 10h00 teremos uma audiência pública na APPA de Paranaguá, onde pretendemos chegar a um acordo com a PETROBRAS, com o Porto de Paranaguá, com os envolvidos no acidente, com o IBAMA e o IAP. Que esse termo se transforme em obras necessárias para ressarcir aqueles que foram prejudicados com o turismo no litoral para construir dentro do Porto de Paranaguá um Corpo de Bombeiros 24 horas. Precisamos de uma UTI móvel para atender as ilhas. Precisamos creches, escolas para aqueles que vivem nas ilhas e precisamos recuperar os nossos manguezais e as nossas praias do litoral do Paraná.

Precisamos saber quem era o dono da carga do navio que explodiu. Precisamos saber qual é a multa que será dada. E precisamos que esse termo de ajuste seja legal. Se possível com a presença do Ministério Público Estadual e Federal para fazermos com que, a PETROBRAS, o Porto de Paranaguá, a seguradora, a ULTRAGÁS, a Catalini e todos os envolvidos possam criar um fundo local para que seja beneficiada aquela região que foi altamente danificada pela explosão do navio Vicuña.

Era esse o meu depoimento de hoje. Destaco que esteve presente o relator Ailton Araújo e, também, o Deputado Artagão Júnior. O Deputado Natálio Stica justificou a sua ausência.

No dia 04 de agosto, por proposição do ilustre Deputado Artagão Júnior, teremos audiência na APPA de Paranaguá e desde já ficam convocados todos os envolvidos. Embora a comissão se encarrega de convocar todos os envolvidos, mas desde já torno público que estão todos convocados e espero que o IAP e o IBAMA não faltem mais uma vez.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de comunicar à Casa que está na galeria de honra o Prefeito de Sertãoópolis, Carlos Luis Oporto Castro, os Vereadores Júnior Oporto e o Tutty, Presidente da Câmara Municipal de Sertãoópolis, que acompanham o trabalho desta Casa, nesta tarde.

Muito obrigado!

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Pela Ordem)

Eu também quero registrar que estão assistindo à Sessão desta tarde, os Vereadores de Itapejara, Ronaldo

Mazetto e Rozito; o Vereador Rogério de Chopinzinho; o Vereador Valcir de São Jorge e, também, o Prefeito de Porto Barreiro, João Costa de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa registra a presença de todos e dá as boas-vindas.

Horário das Lideranças:

Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PSB se fará uso de seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado José Domingos Scarpellini por cinco minutos.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Não vou falar do pedágio não cumprido, das casas populares não construídas, do IAP, mas vou falar de uma operação monstruosa desencadeada no Brasil para fazer prisões. Prisões pela Polícia Federal e, agora, a polícia aqui no Estado também prende empresários que estariam participando de uma corrupção com superfaturamento de obras para o Estado. Quem é que está preso por parte do Estado até agora?

Se tiver o indício da corrupção na ativa, tem que ter na passiva. Não posso entender diferente.

A Schincariol se envolveu em um episódio muito complicado de sonegação de impostos, mas não posso compactuar com a discriminação. Quero perguntar: quantas empresas do setor cervejeiro devem impostos ao Governo Federal, ao Governo Estadual, ao Município de Curitiba ou ao município onde estejam instalados?

Quantas empresas de outros setores sonegam impostos no Brasil?

Eu, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, quero dizer que sou contra a sonegação, também queremos punição exemplar para todos os tipos de corrupção, de sonegação e de corrupção ativa e passiva que acontece neste país, mas gostaria de saber por que só a Schincariol vai “pagar o pato”?

Por que o mesmo tratamento não é dado a outras cervejarias e outras empresas do setor de bebida alcoólica neste país? Será que a Schincariol não desce redondo para o pessoal da Polícia Federal? Será que a Schin não é boa? Ou será que ela não é Caracu? Ou será, então, que ela não é cristal como são as outras? Por que recair sobre a Schin toda a carga de responsabilidade de sonegação no Brasil? Será que ela é a única que sonega neste País?

Não posso acreditar nisso e acredito que os Deputados que aqui estão, os Deputados de São Paulo, os Deputados que estão lá no Congresso Nacional também não acreditam nisso. Mas, no entanto, prenderam, alge-

maram e levaram os diretores e os funcionários da Schincariol lá na Cidade de Itu no Estado de São Paulo. Presos. E quantos sonegadores que não são presos? Que não são algemados, que não são investigados? Que andam livremente pelas ruas das capitais, das cidades do Brasil ou voando de um país para outro. Sonegadores de impostos bancários porque ninguém sabe quanto devem pagar de impostos. Esses não são presos.

O dono do Banco Santos deu esse golpe que deu, foi preso sozinho. Ninguém mais concorreu para o crime que ali foi praticado? Não posso acreditar.

O desvio de atenção aqui formulado é uma coisa que está clara. Aqui no Governo do Estado, por ordem não sei de quem, as escutas telefônicas foram feitas, vamos procurar saber. Tem trinta mandatos de prisão para prender empresários que estavam envolvidos na prática de corrupção dentro do Estado. Ora, mas se o empresário está com obra superfaturada envolvida em corrupção, quantos funcionários do Governo foram presos aqui? Precisamos saber. Eu quero saber.

Porque eu sei que o Governador Roberto Requião fala, não faz e não cumpre o que fala. Não acabou com o pedágio, não construiu as casas populares que falou que ia fazer. Não recriou o IPE. Não resolveu o problema do Porto de Paranaguá e nem vai resolver. É só discurso e falatório.

Antes ele dizia que falava e fazia. E sustentava. Agora, ele não fala, não faz e não sustenta!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PSDB, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, a liderança tem cinco ou dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Cinco minutos hoje, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então serei breve no meu pronunciamento.

Primeiro quero dirigir-me aqui aos agricultores que margeiam os lagos e também as futuras barragens. Dizer de que fui prefeito de uma cidade denominada Birituna, cidade pequena, 15 mil habitantes, fui eleito prefeito com 1.160 votos. Uma montoeira de votos. E nada mais injusto para um cidadão, Deputada Rafagnin, do que uma desapropriação.

Pode-se chegar lá na propriedade do agricultor e pagar peso de ouro pela sua propriedade. Se ele pegar o dinheiro e for em busca de outra propriedade, certamente ele não vai transformar aquele dinheiro numa propriedade melhor e vai se estabelecer melhor.

Conheço centenas de pessoas que foram deslocadas de lagos de barragens e não encontro hoje um que se deu bem depois que saiu do seu lugar, aonde nasceu, onde estava vivendo confortavelmente.

Por esta razão, toda indenização é injusta.

Quanto à questão ambiental, acho que o Governo tem se preocupado muito com a fiscalização. É com avião, é com helicóptero, é com os fiscais do IAP, do IBAMA com armas de grosso calibre. E eu gostaria de dizer aos agricultores que estão aqui, que não conheço no meio agrícola nenhum bandido. Quem tem que ser fiscalizado com armas de grosso calibre são os bandidos, que estão morando nas cidades grandes e que estão fazendo a bandidagem neste Estado e não são os agricultores. O que me deixa aborrecido e revoltado é a forma com que e como os agricultores do Paraná, hoje, estão sendo fiscalizados. Chega na casa do agricultor, o IAP, com armas de grossa calibre, como se lá naquela residência tivesse um assaltante ou marginal.

Deixo aqui meu protesto tenho feito esse pronunciamento. Quero dizer aos agricultores que me somarei aos Parlamentares que entrarão nessa luta em defesa dos senhores. Mas, falei dessas questões, porque por muitas vezes denunciei isso aqui e o nosso Governador - que não votei e faço Oposição, mas digo Governador dos paranaenses - é muito inteligente, mas tem um grave defeito, ele é surdo, porque ele não ouve quando nós denunciamos aqui desta tribuna. Não adianta ser inteligente e ser surdo! Quando nós vemos um movimento como este de hoje, o Governador já tinha que ter mandado um representante seu ou recebido uma comissão para que ele tomasse frente desse movimento, para defender os agricultores do Paraná. Mas, ele é muito inteligente, mas é surdo e não ouve os clamores de nossa sociedade!

Um outro assunto. Ouço o Deputado Barbosa falar em saúde e também vou falar um pouquinho em saúde e rapidamente, porque tenho alguns minutos apenas. Quem mora no Interior sabe disso, que nós vemos aquela propaganda maravilhosa do Governo, onde ele coloca na televisão que a saúde foi regionalizada. Quando o Governo diz que regionalizou a saúde, o que nós entendemos?

Que lá na nossa região, nós seremos atendidos na área de saúde. E quero pedir a um cidadão que está aqui, quem não conhece alguém que esta semana teve que vir em uma ambulância ou em um ônibus para Curitiba, em busca de tratamento. Onde está a regionalização da saúde?

Digo ao Deputado Barbosa que o Governo do Paraná, por ser surdo, não ouve a voz da Oposição. Sabem quanto o Governo do Paraná está gastando com propaganda este ano?

Cento e quarenta milhões. E sabem quantas casas poderiam ser construídas? Quatorze mil casas e ontem veio o Ministro aqui para trazer duas mil, três mil casas, quando nós "jogamos pelo ralo" o dinheiro público para colocar propagandas.

Passa a fazer uso do Horário da Liderança da Oposição

Vejam os senhores, nós que somos do Interior, eu sou um Deputado que me considero um Deputado do Rio Iguaçu. Saio de São Mateus do Sul e vou a Quedas do Iguaçu e em quase todos esses municípios ou sou bem votado ou sou o mais votado. Mas, o que não posso aceitar, como Parlamentar, é o Governador dando ambulância para o Deputado, enquanto o nosso doente lá do interior tem que entrar numa ambulância e vir a Curitiba, parar na porta do hospital, pedir pelo amor de Deus para ser atendido. E quantas pessoas do interior que poderiam ser atendidas e não são, enquanto nós vemos a propaganda do Governo. É importante que o Governo nos ouça.

Tenho um outro assunto que quero que o Governador me ouça: Governador, o senhor não vai comprar a consciência do povo paranaense com propaganda. O Governo do Estado de São Paulo tem dez milhões de habitantes, está gastando 40 milhões com propaganda. O Governo do Estado do Paraná está gastando 140 milhões. Poderia com esses 140 milhões, que gastasse 40 milhões em propaganda porque eles gostam disto barbaridade, mas pegasse 100 milhões e estava resolvido o problema de saúde no nosso Estado.

Espero que com a presença dos agricultores aqui e que a voz forte da Oposição nesta Casa chegue aos ouvidos do homem inteligente, mas que considero surdo por não ouvir a este Parlamentar.

Mas, Deputado Scarpellini, gostaria de ter a atenção do meu ilustre amigo, Deputado Dobrandino, Líder do Governo - talvez o senhor não recorde porque tem ouvido muitos pronunciamentos deste Parlamentar aqui nesta Casa, mas numa determinada tarde, Deputado Reni, eu subi a esta tribuna e disse que as obras na Secretaria dos Transportes, que aquele convênio feito com a PETROBRAS estava cheirando mal. Por quê? Porque apenas quatro empresários tinham ganho aquela concorrência de 180 milhões. E o que fizeram esses quatro empresários? Não estão fazendo as obras no Paraná. Apenas montaram o escritório e estão sublocando essas obras por preços muito menores daqueles que foram contratados.

Aí eu pergunto: aonde está a transparência do Governo? Aonde está a transparência? Se ele poderia contratar essas obras com empresas pequenas e elas fazem por um preço menor, não, eles preferem dar a quatro grandes empresas, aí elas montam um escritório e vivem, não de fazer obras, mas de sublocar obras.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Permito-lhe o aparte logo após o Deputado Scarpellini.

Deputado Dobrandino, o que estou falando a V. Exa., se V. Exa. quiser ver o absurdo do absurdo das locações de obras, o senhor peça para o Governador mandar um emissário seu ao sudoeste do Estado do Paraná. Lá está instalado algo que poderá vir a manchar ainda mais este Governo.

Deputado Dobrandino, no Sudoeste do Estado quem está realizando as obras do Governo não são as empresas que ganharam a concorrência. Elas estão sim, não sei de que forma e de que meio, estão sublocando para pessoas que não têm capital, não têm aporte, não têm competência, não têm equipamentos para realizar as obras. E por isso que muitas obras que estão no papel, naquele mapinha que nós vemos, muitas obras daquelas que o Governo dá como feitas, como concluídas, como sendo realizadas, na verdade está sendo feito um tapa buraco, porque muitos sublocadores dessas obras, Deputado Dobrandino, apenas têm um caminhãozinho velho e um carrinho de mão para jogar asfalto nos buracos das estradas.

Peço a V. Exa., sei que V. Exa. tem me ouvido aqui desta tribuna, peça ao Governador que mande um emissário ao Sudoeste, ele vai encontrar o mapa da mina aonde nós vimos há muito tempo denunciando esta situação.

Com aparte o Deputado Scarpellini, logo após o Deputado Dobrandino e o Deputado Neivo. Só gostaria que fossem breves porque estou com pouco tempo.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Deputado Rossoni, muito importante é o seu pronunciamento, a sublocação de obras está realmente acontecendo mas o que quero dizer aqui é uma constatação daquilo que o senhor já concluiu: que o Governador Roberto Requião não ouve, não escuta!

Nós vimos o que aconteceu no Morro do Anhangava onde a igreja de Quatro Barras realiza, há mais de sessenta anos, uma missa e o IAP juntamente com a Polícia Florestal, no dia 1º de maio deste ano, não permitiu a realização da missa e o Governo do Estado consentiu com este absurdo! O que aconteceu? O Governo do Estado não fez nada, era realmente uma ordem do Governador para que não se rezasse a missa lá naquele morro! Durante sessenta anos a missa foi realizada, este ano não se realizou, alguém tem parte com o diabo nessa história!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Vamos rezar por ele em outro lugar. Deputado Dobrandino com o aparte.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Rossoni, entendo perfeitamente a sua preocupação como grande Deputado que é mas eu diria o seguinte: V. Exa. já foi Prefeito da sua cidade e sabe que para fazer uma obra tem que fazer uma concorrência pública.

Nós vimos hoje, através do noticiário que o Governo denunciou, eles gravaram e descobriram um

cartel neste Paraná! E sabem que existe mesmo? O Governo tomou providências mandando prender, o Ministério Público, imagino, o Judiciário mandou prender esses empresários que faziam cartel para, na verdade, subtrair dinheiro das obras do Governo.

Mas este Governo, Deputado Rossoni, nas suas obras coloca o preço máximo e o preço, na verdade, não tem sido tão bom. Agora que aqueles maiores fazem cartel, pegam as obras e passam para os pequenos nós sabemos que isso é verdadeiro mas não é culpa do Governo. Se o Governo pudesse dar a obra para o pequeno até faria mas infelizmente a legislação não deixa que assim o faça.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Dobrandino, por esta razão é que quando há três meses o Deputado Rossoni subiu à tribuna e fez esta crítica é porque nós tínhamos recebido informações e agora as informações estão batendo.

Mas estou dando mais um caminho para o senhor: peça para o Governador mandar um emissário ao sublocador de obras no Sudoeste que V. Exa. certamente vai encontrar o mapa da mina e vai mais gente para a alameda, lá também.

Uma última questão, Deputado Neivo eu não tenho mais tempo, quero respeitar o Presidente, estou concluindo aqui o meu pronunciamento mas a verdade é essa: nós precisamos travar o bom debate, construtivo.

Quando nós trazemos aqui não trazemos por prazer, nós trazemos por obrigação porque a população procura o Deputado da Oposição para que ele faça a denúncia e a veracidade é obrigação dos Srs. Parlamentares do Governo de ir à busca das provas e das questões que estamos trazendo à denúncia.

Muito obrigado, agradeço ao Sr. Presidente pela compreensão.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu sou Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa, como tal eu convido todos os membros da Comissão para que amanhã, assim que termine a Sessão na Assembléia Legislativa, possamos nos dirigir ao Oeste do Estado do Paraná. Se ninguém for comigo irei eu com os meus assessores.

No entanto é preciso lembrar que no Governo passado a SANEPAR pagava até cinquenta reais o metro cúbico para valeta e eu fui constatar que quem fazia a valeta recebia dois reais.

Então, se há um cunho de verdade nisso ou não, nós vamos até o DER, vamos buscar quem ganhou a concorrência e vamos, lá, *in loco*, onde está sendo feita a obra, se a empresa é a mesma, ou é a terceira, ou a quarta terceirizada. Esta é a obrigação deste Poder Legislativo e não passar a obrigação para o Poder Executivo, nós temos que fazer a nossa parte!

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Pela Ordem)**

Apenas para registrar a presença do Prefeito de Braganey, Sr. Rui Figueiredo, que é Prefeito pela segunda vez; já foi Presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná e com toda certeza fará um grande trabalho nesse seu segundo mandato. Seja bem vindo Prefeito.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Registra e damos as boas vindas ao Prefeito de Braganey.

Horário da Liderança do PDT, Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Foi publicado no jornal de maior circulação do Estado do Paraná uma série de anúncios na Sessão de Classificados do último domingo. Subo à tribuna na tarde de hoje com a consciência tranqüila e fazendo ao mesmo tempo um alerta sobre o perigo que esses anúncios em linguagem cifrada representam inicialmente para esse Governo e espero que não respingue neste Deputado ou mesmo no Governo do Estado. Passo a ler rapidamente a página 12 da Sessão de Classificados de Domingo 26 de junho. “Roupas - Camisas pólo Vermelhas c/emblema Ferrari. 8000 peças. Hamilton F: 3376-1055 ou Roberto 3350-2800. A venda será revertida em favor do jantar de apoio ao Deputado Barbosa Neto.” Primeiro que Hamilton e esse número, aqui, é da Delegacia do 7º Distrito Policial onde o titular seria ou era Hamilton da Paz. O número 3350-2800 é do gabinete do Governador Roberto Requião.

Tenho certeza e quero acreditar nisso, que o Governador Roberto Requião não tem conhecimento disso e nem mesmo a sua assessoria.

O Deputado Alexandre Curi, agora pouco tomando conhecimento deste fato, diante das gravidades entrou em contato com o Secretário Luiz Fernando Delazari da Segurança Pública. E aí continua: **(Lê):** “Auto peças mecânica ou lataria nacional e importado. Compre com o da paz protetor das machadinhas da Salgado Filho. F: 3376-1055/3350-2800”. Novamente o telefone do 7º Distrito Policial desta Capital e o telefone do Gabinete do Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva.

Outro aqui **(Lê):** “BMW locamos ideal para acertos de especializada. F: 3376-1055. Hamilton ou Roberto 3350-2800”. E ainda aqui **(Lê):** “Empilhadeiras. Empilhadeiras roubada marca nissan...” É uma linguagem cifrada, oferece vinte mil reais. E aí a gente tenta fazer uma investigação e ligando os fatos, vamos saber que foi roubada uma empilhadeira ao lado do 7º Distrito Policial. E uma carga de camisetas falsificadas na época do grande prêmio do Brasil com o emblema da Ferrari, também foi surrupiada de comerciantes de bairros desta capital. Nós

fomos até a redação, a direção desse jornal para saber quem é que teria pago por esses anúncios. Mas isso pode ser feito perfeitamente por agência de publicidade, segundo nos informaram, por telemarketing através das sucursais ou mesmo com pagamento à vista através do balcão. Coisa que não levanta prova para chegar aos autores desses anúncios com linguagem cifrada. Repito: ou é um alerta ao Governador ou é a denúncia gravíssima de corrupção dentro da polícia. E não entendo o motivo pelo qual o nome deste Deputado estaria sendo colocado nesses anúncios.

Quero pedir a esta Casa, Sr. Presidente Pedro Ivo, a garantia contra a minha vida. Já fui vítima de um atentado, recentemente, que não foi levado em consideração, mas que o Delegado que tomava conta desse caso foi afastado, o investigador, quinze dias após, levou cinco tiros quando levava seus filhos para a escola e o autor intelectual de tudo isso, até agora não apareceu e quem efetuou esses disparos, ou teria sido assassinado...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para concluir.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Ou já teria sido assassinado ou se nega a dar declarações à polícia. Tenho aqui, denúncias seriíssimas. Exijo desta Casa, com todo respeito, proteção policial. Faço isso da tribuna, torno público e espero também, mesmo sendo um Deputado de Oposição, que a Secretaria da Segurança Pública investigue essas denúncias que são do mais alto teor de gravidade.

É apenas essa colocação que estamos fazendo, salvaguardando inclusive, com toda a responsabilidade, a imagem do Governador Roberto Requião que, com certeza, tem coisa muito mais séria para fazer do que ficar infiltrando notícias como essas que podem representar perigo não para o Governador, mas para os seus assessores ou indicados por ele, porque eu tenho certeza que o Governador não tem conhecimento de tudo isso. Quando se fala em “banda podre”, nós sabemos que essa é a “banda podre” da Polícia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra a sua preocupação e fará encaminhamento ao setor competente.

Concedo a palavra à Liderança do PFL, Deputado Plauto Miró.

(**Declina**)

Concedo a palavra à Liderança do PT, Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Carlos Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de enaltecer o brilhante trabalho da Deputada Luciana Rafagin. Teve a presença de vários Deputados nesse debate de hoje pela manhã. É uma pena que os agricultores já saíram do plenário. Demonstra que este Partido, agora na Situação, não se afasta dos movimentos sociais.

Hoje pela manhã, nesta mesma Assembléia, neste mesmo Poder, Deputada Luciana, discutíamos com o IBAMA, junto com o Ministério do Meio Ambiente, a solução para os ilhéus, herança do Governo anterior, lá da região de Guaíra, em que foi criado o parque de Ilha Grande. Agora já está claro, já está formatado. Nenhum desses agricultores foi indenizado naquela região do Parque de Ilha Grande. Coisa do Governo anterior! Tão logo está formatado o processo de indenização, agora, e vai ser discutido com os agricultores, se a proposta vem de acordo ao interesse deles. São mais de sete anos que esses agricultores foram desalojados de lá. Nós, no nosso trabalho de Partido, de Partidos aliados, sempre foi um trabalho de participação e de estar do lado das lutas populares, das injustiças que ocorrem neste país e sinto que o período antigo da Ditadura, ainda tem reflexos hoje, na sociedade.

Muitos se omitem em fazer o papel verdadeiro da democracia. Nós aqui hoje, com esse debate das barragens, dos prejudicados das barragens, que são processos antigos. O atual Governo do Estado - lembro-me muito bem -, foram sustados vários processos de PCHs que se suscitam dúvidas que no Governo passado, até tinha acordo quem sabe, para votações aqui, que haviam entendimentos, sei lá, mas denúncias têm pelo menos, e foram sustadas muitas questões de contratos na construção de usinas hidrelétricas. Inclusive era o Governo passado que queria vender a COPEL! Era o Governo passado que queria, a todo custo, transferir esse setor estratégico para a iniciativa privada.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(**Assentimento**)

Para contribuir com o seu pronunciamento e dizer realmente que as privatizações ocorreram no Governo passado, privatização das rodovias, setor estratégico, SANEPAR e isso preocupa muito, inclusive, essa questão dos desabrigados por parte de Ilha Grande também ocorreu no Governo passado e não tinha se tomado nenhuma posição. Já em 97 ocorreu isso, em 2001 nós começamos uma luta junto com as pessoas, com todas as organizações, esse movimento em prol dos desabrigados, desalojados do Parque de Ilha Grande e agora, no dia de hoje, essa audiência pública, com todo o pessoal que se encontra de certa forma bastante preocupado que são com as construções das centrais hidrelétricas que continuam acontecendo e de uma forma realmente sem ter a segurança para o nosso agricultor.

É importante a gente vê que Deputados estão dispostos a somar conosco nessa luta e nesse trabalho e por

isso que já propomos e esse foi o encaminhamento na reunião de hoje da criação de uma Frente Parlamentar para acompanhar todo esse processo. O requerimento já se encontra na Mesa, subscrito por vários Deputados e pedimos desde já o apoio de todos para que possamos realmente aprovar esse requerimento e não deixar mais os nossos agricultores noites e noites sem dormir, sem saber realmente o que vai acontecer com eles a partir do momento que vão ser obrigados a sair das suas propriedades.

É importante somar neste momento com todos os Deputados que estejam dispostos a criar essa Frente Parlamentar para que nós possamos dar uma resposta aos agricultores e aos movimentos que trabalham com os atingidos por barragens.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Esse encaminhamento Sra. Deputada, é louvável com relação a essa Frente Parlamentar, tenho convicção que este Parlamento tem a vontade sempre à interlocução com a Sociedade Civil Organizada e os Movimentos que estavam aqui hoje, que fizeram essa brilhante participação no dia de hoje. Eles realmente sabem que realmente as coisas estão mudando, que não dá mais para construir uma barragem se tem o acordo com os produtores, com os agricultores atingidos. Tenho certeza que o envolvimento deste Parlamento, fazendo essa Comissão Permanente, não haverá e não ocorrerão injustiças como no passado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Consulto a Liderança do PP.

(Declina)

Liderança do PMDB. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Prefeitos que nos visitam, saudando o Prefeito Silvino de Inácio Martins, quero saudar a todos os amigos da imprensa.

Falei hoje pela manhã quando da Audiência Pública sobre a necessidade da transparência. A transparência em um Decreto do CONAMA, que institui a obrigatoriedade do entorno de cem metros da água para dentro das áreas dos nossos proprietários, sem, no entanto, dizer, como será feito esse processo. Transparência quando divulgamos e falamos sobre números do atual Governo, do Governo passado. Nós sabemos que todos os problemas não podem ser resolvidos de uma hora para outra. Nós sabemos que o Governo tem enfrentado dificuldades porque encontrou uma estrutura comprometida e leva tempo para organizar e reorganizar essa estrutura e colocá-la novamente no caminho certo.

Agora temos que ter transparência quando passamos informações à nossa população, tanto àqueles que nos visitam nesta Casa de Leis, quanto àqueles que nos assistem pelo Canal 21. Quando falamos que a saúde no Estado do Paraná não é a ideal, quando se critica a saúde do Estado do Paraná, nós podemos até concordar que ela não é a saúde que nós gostaríamos que fosse. Mesmo sendo um Deputado do PMDB, Deputado de sustentação do Governo, mas é importante frisar que ao final do último ano do Governo anterior foram investidos duzentos milhões aproximadamente do orçamento na estrutura da nossa saúde, e ao final deste ano serão investidos mais de quinhentos milhões de reais na estrutura da nossa saúde. E esses números estão apresentados nas prestações de contas, e esses números se comprovam pelas inúmeras ações que estão sendo desenvolvidas pelo interior do nosso Paraná.

Além dos repasses para os hospitais regionais como foi colocado aqui, mas com uma conotação diferente, que está atendendo sim a demanda regional, que está minimizando sim as filas dos atendimentos dos hospitais da nossa Capital, nós tivemos já distribuídas no nosso Paraná algo em torno de trezentas ambulâncias, nós tivemos equipamentos nas gestões de alto risco, nós tivemos UTIs viabilizadas, nós tivemos inúmeras ações desenvolvidas na área de segurança, mais de 1500% de incremento no orçamento da nossa saúde.

Quando falamos da nossa malha rodoviária estadual, evidentemente que ela ainda tem problemas, que ainda encontramos estradas esburacadas, mas não é possível e não é aceitável falar que não existiu melhoras. Pode ter tudo um outro problema, pode ter tudo uma ou outra estrada que não foi recuperada, mas não é possível que venha aqui se falar que não está sendo feito nada na recuperação das nossas estradas, só se quem está falando não está viajando, só se não está transitando pelas estradas do interior do nosso Paraná. E confesso que viajando toda semana como viagem, e como a maioria dos Parlamentares desta Casa viajam, nós podemos sentir na pele nas nossas viagens os benefícios desses investimentos.

Não podemos aceitar informações inverídicas. Transparências nas informações, transparências nos atos públicos, transparências nas legislações, nos decretos, é isso que o povo quer, é isso que o povo espera dos seus governantes, é isso que o povo espera dos seus homens públicos; e é isso que nós temos que fazer como representantes do povo que somos aqui na Assembléia Legislativa, em todos os nossos atos, em todas as nossas informações, senão nós estaremos prevaricando, estaremos corroborando para que se aumentem as dificuldades no nosso Estado.

O Governo enfrenta ainda alguns problemas, mas certamente já não são os mesmos que se encontravam à frente do nosso Governo quando assumimos. E o Governador Requião, contra tudo aquilo que for colocado à sua frente que prejudique o povo do Paraná, continuará na sua caminhada justa, honesta, mas acima de tudo transpa-

rente, porque é isso que o povo espera e é esse o seu compromisso com o povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do Governo. Com a palavra, Deputado Rafael Greca.

Liderança do Governo: Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje o Governador Roberto Requião, no Palácio Iguaçu, lançou programa que fecha a rede estadual de bibliotecas. O Paraná está mandando construir 48 novas bibliotecas públicas com oito mil livros cada uma e computadores ligados na internet em cada uma das quarenta e oito últimas cidades do Estado que não possuíam bibliotecas públicas. Isso significa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a entrada do Paraná por completo na era da informação e do conhecimento.

Eu, quando fui Prefeito de Curitiba construí cinquenta Faróis do Saber, ou bibliotecas públicas na Capital do Estado, ainda estou ganhando do Governador Requião por duas bibliotecas, ele está construindo 48 bibliotecas, eu quero desafiá-lo a construir mais, e a ganhar deste Prefeito, porque é importante para o Paraná a construção de bibliotecas, porque este é um tempo em que vale a profecia de Jó: “O povo será levado cativo enquanto lhes faltar conhecimento. O homem e a mulher são aquilo que conhecem. Os seres humanos são aquilo que eles conhecem”.

A construção das bibliotecas públicas ordenadas hoje pelo Governador Roberto Requião, sete já estão prontas e 41 começam a ser construídas. Soma-se ao acréscimo ao orçamento das instituições estaduais de ensino superior do Governo passado para este cresceu 44% o investimento nas universidades estaduais. O Governo Jaime Lerner, em seis anos, foram aplicados 15,4 milhões de reais em investimentos nas universidades.

Neste Governo estão se aplicando 44,4 milhões de reais. O crescimento dos investimentos e dos recursos que no Governo Jaime Lerner era de 479 milhões de reais de 2002 para 2003 e passou agora para 692 milhões de reais em 2005. Ele contempla cinco universidades, doze faculdades, três hospitais universitários, 255 cursos de graduação e 73 mil alunos matriculados. Trabalham nas universidades estaduais quase quinze mil servidores e 5,2 mil professores efetivos.

O Governo não quer brigar com as universidades estaduais, queremos só o tratamento igualitário. Por exemplo, no Rio Grande do Sul investe 0,1% do seu orçamento em universidades estaduais, porque as quatorze universidades do Rio Grande do Sul são federais. Santa Catarina investe 1,7% do seu orçamento em universidades. Minas Gerais tem doze universidades federais.

O Paraná é um Estado até hoje otário. O Paraná tem uma única Universidade Federal, que é a de Curitiba, federalizada em 1948, quando era reitor desta universidade e meu parente o Professor Macedo Filho e quando nos governava o então Moisés Lupion no seu primeiro governo. Vejam vocês que o investimento do nosso Governador Roberto Requião, seja no ensino primário, secundário ou fundamental, seja no ensino universitário, seja nas 48 bibliotecas que hoje mandou construir, é um investimento decisivo e merece o apoio do povo e da Assembléia.

O Paraná dá ao nosso Governador um crédito pela educação, mas dá também o crédito político. Ouvi hoje o Governador dizer que o último favor que ele vai fazer ao Presidente Lula é defender o não apoio do PMDB ao Governo Lula. S. Exa. defende a idéia do ético professor petista Plínio de Arruda Sampaio, de que a governabilidade não nasce de acordos com Parlamentares. A governabilidade nasce do Presidente estar de bem com o seu povo. Roberto Requião e Plínio de Arruda Sampaio estimam pessoalmente o Presidente da República, mas ambos não querem ver o Presidente refém de acordos partidários, que aliás, no caso do PMDB não são majoritários.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Apenas para colaborar com V. Exa.

Ouvimos na “Hora do Brasil” e lemos nos jornais que o Governo Federal liberou nove universidades federais para o Brasil, uma na Zona da Mata em Pernambuco. Ouvimos o Deputado Inocêncio Oliveira agradecendo ao Presidente Lula por ter liberado a universidade.

Vimos no Rio Grande do Sul mais duas universidades. E no Paraná? Onde estamos nós do Paraná, que pleiteamos a federalização das nossas universidades estaduais para podermos investir mais. Precisamos do apoio do Governo Federal para que venha ao Paraná. Seja reconhecido o trabalho da nossa gente!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Agora são dezesseis universidades federais no Rio Grande do Sul contra uma única no Paraná, feita em 1948, quando ainda viviam os seus fundadores, porque a primeira universidade do Paraná foi fundada com o apoio do Governo do Estado, da Prefeitura de Curitiba e da sociedade civil, pelo professor Vitor do Amaral, o professor Nilo Cairo e depois, o professor Macedo Filho, que conseguiu a sua federalização.

Tem razão o Deputado Anibelli no seu aparte.

Quero conceder o aparte ao Deputado Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Agradeço o aparte, Deputado Greca, e quero dizer que hoje pela manhã, ouvi um dos discursos mais eloqüentes de toda história do Sr. Rafael Greca de Macedo. Ele estava inspirado, estava apaixonado naquele

momento, pela assinatura das bibliotecas e não só os Prefeitos que lá estavam sentiram, Deputado.

Nós do Paraná, hoje, temos a maior linha de aplicação de recursos em bibliotecas, em educação básica. Hoje, com o PCS - Plano de Cargos e Salários, que é o melhor do país, houve uma evolução na qualificação dos professores e um adendo ao Governador Requião, que fez uma parceria com o Governo Federal e instalou a Universidade do Litoral. Uma parceria entre a Prefeitura de Matinhos, o Governo Federal via Tarso Genro, Ministro da Educação e, também, a parceria com a Universidade Federal do Paraná e...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Mas é uma extensão da Universidade de Curitiba!

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Exatamente, mas com novos cursos lá no litoral.

Eu só queria parabenizar V. Exa. pelo discurso, pela manhã, com a energia de não só um grande profeta do futuro para o Paraná, mas uma pessoa que tem dedicado a sua vida à cultura.

Por isso, parabéns pela sua linha de conduta, pela sua paixão pela cultura e tenho certeza que o Paraná inteiro o respeita por isso, também.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Amanhã funda-se em Curitiba, na Biblioteca Pública, às 19h00, a Associação dos Amigos das Bibliotecas do Paraná. Quero convidar a Deputada Elza Correia, o Deputado Kielse, todos os Deputados e Deputadas, porque a idéia de apoiarmos as bibliotecas por uma associação de amigos é a idéia generosa de abrir terminais de computação, ligar a internet nas bibliotecas e de levar os livros novos ao povo.

Hoje, o Prefeito de Tupãssi se emocionava em receber uma biblioteca para a pequena cidade de Tupãssi. Ora, os meninos e meninas, os moços e as moças de Tupãssi já não serão os mesmos quando lerem os quinhentos livros que o professor Darci Ribeiro aconselhou, uma lista de quinhentos livros que um brasileiro deve ler para conhecer o Brasil. Esses quinhentos livros estão nos Faróis do Saber de Curitiba.

É preciso dar ao povo o acesso às enciclopédias, à Bíblia Sagrada, aos livros sagrados, ao romanceiro, à poesia na língua portuguesa, porque o homem é o que o homem conhece.

É preciso dar ao Governo Federal um crédito de confiança para apurar a corrupção, mas não na forma do apoio do PMDB, porque é até um favor ao Presidente Lula aos Governadores e o PMDB não o apoiarem para ele não ficar mais na mão do mensalão e dos Parlamentares, porque como diz, hoje, Eliane Catanhede, na Folha de São Paulo: "onde está a mentira? Nas declarações de Roberto Jefferson, até agora, só se comprovaram fatos e verdades". Queira Deus que isso tudo se solucione para o bem do Brasil e para a purificação do Brasil.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2057, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Rafael Greca, Chico Noroeste e demais Deputados, constante do expediente, requerendo a transformação da Sessão Plenária do dia 29 de junho do corrente em Comissão Geral, em Sessões Ordinárias e Extraordinárias e de acordo com o artigo 107, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, para apreciar o Projeto de Lei nº 412/2005 (Mensagem nº 27/2005) de autoria do Poder Executivo. **Recebido. Conforme artigo 107, inciso IV e parágrafo 2º, inclua-se na votação da próxima Sessão Plenária. À DAP, para providências.**

Requerimento nº 2042, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 062/2005, e autoria do Deputado André Vargas, que regula os recursos mínimos para o financiamento da saúde pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. **PARECERES FAVORÁVEIS DA**

CCJ, CF E CSP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM
PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO
EMENDA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 062/2005

Submete o nobre Deputado André Vargas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná proposta de Emenda Aditiva ao indigitado projeto de lei complementar, de sua própria autoria, visando adicionar parágrafo único ao artigo 1º, cuja redação é a seguinte: na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Deverão ser previstos os recursos e as despesas de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000.

Essa Emenda Constitucional, por sua vez, dispõe:

“EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29

Altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde”.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos no parágrafo 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea e o inciso VII do artigo 34 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. ...”

“VII - ...”

“e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.” (NR)

Art. 2º O inciso III do artigo 35 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. ...”

“III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.” (NR)

Art. 3º O parágrafo 1º do artigo 156 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 156. ...”

“§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o artigo 182, parágrafo 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:” (NR)

“I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e” (AC)

“II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.” (AC)

“...”

Art. 4º O parágrafo único do artigo 160 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 160. ...”

“Parágrafo Único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos;” (NR)

“I - ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;” (AC)

“II - ao cumprimento do disposto no artigo 198, parágrafo 2º, incisos II e III.” (AC)

Art. 5º O inciso IV do artigo 167 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 167. ...”

“IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos artigos 1, parágrafo 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no artigo 165, parágrafo 8, bem como o disposto no parágrafo 4º deste artigo;” (NR)

“...”

Art. 6º O artigo 198 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 2º e 3º, numerando-se o atual parágrafo único como parágrafo 1º;

“Art. 198. ...”

“§ 1º (parágrafo único original)...”

“§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:” (AC)

“I - no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º;” (AC)

“II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;” (AC)

“III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e parágrafo 3º;” (AC)

“§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:” (AC)

“I - os percentuais de que trata o parágrafo 2º;” (AC)

“II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;” (AC)

“III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;” (AC)

“IV - as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.” (AC)

Art. 7º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo 77:

“Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes;” (AC)

“I - no caso da União;” (AC)

“a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento;” (AC)

“b) no ano de 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto - PIB;” (AC)

“II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que foram transferidas aos respectivos Municípios; e” (AC)

“III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e parágrafo 3º.” (AC)

“§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento.” (AC)

§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei.” (AC)

“§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no artigo 74 da Constituição Federal.” (AC)

“§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o artigo 198, parágrafo 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.” (AC)

Art. 8º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de setembro de 2000.”

Obviamente que a aplicabilidade da norma constitucional resultante da Emenda nº 29, aprovada pelo Congresso Nacional, independe de Lei Complementar Estadual que lhe confira eficácia no âmbito do Estado do Paraná. A eficácia da norma constitucional é absolutamente desvinculada e, se fosse dependente de regulamentação infraconstitucional, seria de legislação federal, e não estadual.

O Estado do Paraná, inclusive o Executivo, deve estrita observância a Constituição Federal, e isso independe da edição de qualquer norma estadual.

Contudo, a Constituição do Estado do Paraná, a respeito, dispõe:

“Capítulo III Dos Orçamentos

Art. 133. Leis DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO, estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

...

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

I - as metas e prioridades da administração pública estadual direta e indireta;

II - as projeções das receitas e despesas para o exercício financeiro subsequente;

III - os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os órgãos dos poderes do Estado;

IV - as diretrizes relativas à política de pessoal do Estado;

V - as orientações para a elaboração da lei orçamentária anual;

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as políticas de aplicação dos agentes financeiros oficiais de fomento, apresentando do plano de prioridades das aplicações financeiras e destacando os projetos de maior relevância;

IX - os demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas públicas decorrentes da concessão de quaisquer benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia pela administração pública estadual.

...

§ 5º Os planos de programas estaduais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados com consonância com o plano plurianual apreciado pela Assembléia Legislativa.

§ 6º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal, fixando as despesas referentes aos poderes estaduais, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, estimando as receitas

do Estado, efetivas e potenciais aqui incluídas as renúncias fiscais a qualquer título;

II - o orçamento próprio da administração indireta, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às autarquias e às fundações;

III - o orçamento de investimento das empresas públicas e daquelas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

...”

Portanto, se de um lado a Emenda Aditiva proposta é absolutamente desnecessária, porquanto a aplicabilidade da Constituição Federal (e de suas Emendas) é automática, de outro lado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é de iniciativa do Executivo que, caso não respeite a Constituição, deverá arcar com sua eventual responsabilidade *a posteriori*.

De todo modo, a Emenda Aditiva pretende destinar receita orçamentária para um Fundo Estadual de Saúde, o que implica *usurpação* da competência exclusiva do Exmo. Governador do Estado para iniciar as proposições legislativas relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias anuais e aos orçamentos anuais (respeitando, é claro, as demais normas constitucionais pertinentes, cujo teor, contudo, não é dependente de Lei Estadual para valer).

Observa-se a justificativa apresentada que a emenda visa inserir a Saúde entre as linhas de atuação prioritárias da Administração Pública Estadual. Contudo, *data maxima venia*, cumpre ao Exmo. Sr. Governador do Estado, com a legitimidade democrática que detém, eleger soberanamente as linhas de ação prioritárias da Administração pública Estadual.

Ao Legislativo estadual cabe apresentar emendas às leis de iniciativa do Executivo que tratem do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais nas próximas legislaturas. Tudo a seu tempo.

O que não se pode admitir, é que a discussão orçamentária se estabeleça aprioristicamente, através de iniciativas isoladas que estabeleçam critérios (inconstitucionalmente) para o exercício de uma prerrogativa do Exmo. Governador, constitucionalmente assegurada.

A legitimidade democrática para gerir o orçamento do Estado, para alocar recursos públicos, foi outorgada nas urnas para o Sr. Governador do Estado, cabendo aos Parlamentares tão somente a proposição de emendas (*a posteriori*), respeitando as normas constitucionais e regimentais pertinentes.

Por fim, a própria Emenda Constitucional nº 29, transcrita no corpo deste Voto, estabelece que, a partir do exercício financeiro de 2005, caso não haja Lei Complementar (federal), aplicar-se-á o que dispõe o artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que regula a matéria.

Sendo assim, considerando que a louvável proposição de autoria do nobre Deputado Estadual André Vargas, voto pela REJEIÇÃO da Emenda Aditiva.

Sala das Comissões, em 20.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Reni Pereira, Hermes Fonseca, Elton Carlos Welter, Marcos Isfer, Artagão Júnior e Delegado Bradock.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 062/2005

P A R E C E R :

A presente Emenda tem por finalidade adicionar o ‘parágrafo único’ ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 062/2005, no intuito de contemplar a Emenda Constitucional nº 29/2000, nos termos que se seguem: “Parágrafo Único - Na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deverão ser previstos os recursos e as despesas, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000”.

Segundo justificativa do autor, a emenda visa inserir os recursos destinados à Saúde entre as linhas de gastos de atuação, prioritárias da Administração Pública Estadual, ressaltando seu caráter de atendimento a direito fundamental.

Dispõe o artigo 132 da Constituição Estadual que:

“Art. 132. A repartição das receitas tributárias do Estado obedece ao que, a respeito, determina a Constituição Federal.

(...)”.

Nesta esteira, dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 198, com alterações da Emenda Constitucional nº 29/2000, que alterou disposições da Carta Magna para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde:

“Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

(...)”

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

(...)”

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidos as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluídos pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)”.

De acordo com a Constituição do Estado do Paraná acerca do capítulo quanto aos Orçamentos:

“Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias anuais;
- III - os orçamentos anuais.
- (...)

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

I - as metas e prioridades da administração pública estadual direta e indireta;

(...)

III - os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os órgãos dos poderes do Estado;

(...)

V - as orientações para a elaboração da lei orçamentária anual;

(...)”.

De acordo com as disposições acima, a presente emenda corrobora para a efetivação do Projeto de Lei em tela, vez que sem a devida alocação de valores na Lei de Diretrizes Orçamentárias não haveria como se aplicar os percentuais mínimos aos fins que especifica.

Ante o exposto, o presente Projeto mostra-se de acordo com os dispositivos legais vigentes, tendo sua legitimidade de proposição autorizada pela Constituição Estadual, em seu artigo 65, o qual autoriza a qualquer membro da Assembléia Legislativa a iniciativa de lei ordinária. Quanto a técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, verificamos não haver óbice à aprovação da presente Emenda a Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 14.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

Houve um equívoco da assessoria e nós retornamos com esse projeto na pauta, mas havia um requerimento para a sua retirada e ainda não completou os dias de sessões necessárias para que ele voltasse.

Por decisão desta Presidência ele está retirado da Ordem do Dia e peço a concordância do autor.

Deputado André Vargas, estou retirando o seu projeto da Ordem do Dia, porque foi retirado anteriormente por dez Sessões e não se completou ainda as dez sessões. Peço a complacência de V. Exa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Obrigado, Sr. Presidente.

Redação Final

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 203/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a

obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2005, de 19.04.2005).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Estado do Paraná doar imóvel ao Município de Dois Vizinhos, para ampliação da Vizivali - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, que é mantida pelo Centro Pastoral e Assistencial Dom Carlos - CPEA. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2005, que autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Secretaria de Estado de Obras de Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECON, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Vou fazer um apelo à Deputada Elza e ao Deputado Barbosa Neto, que são os autores do projeto, para deixarmos esse item para ser votado no último item desta pauta de hoje. Se tiver a anuência da V. Exas., poderemos fazer isso.

Então, o item 05 será o último da pauta.

Quero alertar aos Srs. Parlamentares que após esta Sessão, após a votação da pauta, estaremos colocando um requerimento para termos uma Sessão Extraordinária hoje. Peço a compreensão dos Srs. Deputados para que não se ausentem do plenário.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Governador do Estado a implantar “o Programa de Conscientização e Educação no Trânsito” e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **(Publ. no DA nº 033/2005, de 27.04.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 229/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, objetiva autorizar o Poder

Executivo a implantar o Programa de Conscientização e Educação no Trânsito.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou legal, por ser matéria de natureza autorizatória.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 229/2005, opinando-se pela sua aprovação, que tem méritos indiscutíveis de conscientização e educação no trânsito.

Sala das Comissões, em 14.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO
PROJETO DE LEI Nº 229/2005

Histórico

O Projeto de Lei nº 229/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar Programa de Conscientização e Educação no trânsito e dá outras providências.

Fundamentação

O projeto apresenta óbice de natureza constitucional e legal.

O estudo sistemático das competências legislativas e previstas na Constituição federal e na Constituição Estadual nos mostra a existência de matérias sobre as quais somente o Chefe do Poder Executivo pode dar início ao processo legislativo, sendo que sobre tais matérias pode o Congresso ou as respectivas assembleias estaduais apresentarem emendas.

O direito de apresentar emendas não significa competência para dar início ao processo legislativo.

O artigo 53 da Constituição Estadual apresenta as matérias sobre as quais os Deputados podem apresentar emendas, mas não possuem competência para dar início ao processo legislativo. Segundo a Constituição Estadual, a Assembleia apenas pode “dispor” sobre os assuntos elencados no artigo 53. De acordo com Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, em seu Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa, o verbo dispor significa: “armar em lugar apropriado: coordenar: preparar: colocar em ordem: enfeitar...”

Desta forma, a criação de programas estaduais é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme o artigo 66, inciso IV combinado com o artigo 87, inciso III, da Constituição Estadual:

“Art. 66 Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública;”

“Art. 87 Compete privativamente ao Governador:

...

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;”

Há que se destacar ainda, que nenhum programa poderá ser iniciado sem previsão orçamentária, conforme artigo 135, inciso I, da Constituição Estadual:

“Art. 135 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;”

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, a criação de despesa continuada para o Estado necessita de estudo de impacto orçamentário, bem como a despesa deve haver indicação dos recursos para seus custeio, conforme artigos 15, 16 e 17:

“Art. 15 Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.”

“Art. 16 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.”

“Art. 17 Considera-se obrigatório de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.”

Com efeito, não havendo estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos para o custeio do presente projeto, a lei não pode ser aprovada por estar em desacordo com o disposto na Lei Complementar 101/2000.

Há que se destacar que o projeto versa sobre as regras de trânsito e a forma de penalizar o motorista infrator, matéria esta de competência exclusiva da União nos termos do artigo 22, XI da Constituição Federal.

Com efeito, analisando a matéria sobre todos os ângulos, o projeto não apresenta condições regimentais para sua tramitação, não sendo possível sequer a apresentação de um substitutivo geral.

Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

VOTO DIVERGENTE

Projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Martins “autoriza” o Governo do Estado a implantar Programa de Conscientização e Educação no Trânsito.

Somos de parecer contrário à regular tramitação do referido projeto de lei, pois:

Primeiro: não cabe a Parlamentar instituir “Programa de Governo” e depois “se admitida a conveniência do dito “programa”, é dispensável a “autorização” legislativa.

Segundo: ainda que se pretendesse alterar a redação do projeto de lei, modificando-o de projeto “autorizatório” e de “programa de governo”, para uma norma geral, onde se disciplinasse a aplicação das multas, como de fato propõe o projeto de lei, estar-se-ia invadindo competência federal. Pela Constituição Federal, a competência para legislar sobre trânsito e transporte é da União, nos termos do artigo 22, XI.

Inúmeras iniciativas regionais de se fixar regras específicas de trânsito, mormente quanto a aplicação de multas, sempre tiveram sua eficácia suspensa, invariavelmente através de Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Aqui no Paraná, por exemplo, foi aprovada a Lei nº 13.279/2001, que fixava em, no máximo, 20% do valor do automóvel, a multa a ser aplicada. O Governo do Estado do Paraná, ajuizou, ao Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2644), e a norma foi julgada inconstitucional. De acordo com a ação, a Lei Estadual ofendeu o artigo 22, inciso XI, da Constituição Federal, que determina que a União tem competência exclusiva para legislar sobre trânsito.

Também no Rio Grande do Sul, ainda recentemente se aprovou a lei sobre o pagamento parcelado de multas de trânsito. O Procurador Geral da República, Cláudio Fonteles, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. “Lei estadual não pode dispor sobre o pagamento parcelado de multas decorrentes das infrações de trânsito, por invasão de competência da União” disse Fonteles. De acordo com ele, a União editou o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), com o objetivo de uniformizar, em todo o território nacional, as normas relativas ao trânsito.

Também foi considerada inconstitucional a Lei Estadual 7723/99, do Rio Grande do Norte - suspensa por liminar, desde junho de 2001 - que autorizava o pagamento parcelado, sem acréscimos, de multas de trânsito. O Plenário entendeu, por maioria, que a norma invadiu competência da União para legislar sobre trânsito (artigo 22, XI, da Constituição).

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer contrário a regular tramitação ao Projeto de Lei nº 229/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, para ofender a Constituição Federal, no que concerne a competência privativa da União para legislar sobre a matéria.

Sala das Comissões, em 31.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 229/2005

Histórico

O presente projeto de lei de iniciativa do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar Programa de Conscientização e Educação no Trânsito e dá outras providências.

A finalidade desta medida é conscientizar os motoristas e disciplinar as autuações através de equipamentos eletrônicos (radares), instituindo notificações e penas educativas.

Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é redigir o artigo 267 do Código de Trânsito Brasileiro, pois dificilmente produz os efeitos desejados e causa algumas distorções.

O condutor não usufrui do benefício de substituição da multa relativa ao cometimento de uma infração de natureza leve ou média pela advertência por escrito, pelo simples fato de não saber como requer a vantagem e pelo excessivo trâmite burocrático para realização de tal ato.

Na primeira infração o condutor será notificado e receberão, por escrito, informações sobre os acidentes de trânsito, o número de vítimas, as conseqüências da irresponsabilidade de alguns motoristas e os danos causados a terceiros, além de um questionário que tem com objetivo lembrar e conscientizar de sua responsabilidade civil e criminal. Na segunda infração, o condutor será “convidado” a estar pessoalmente perante a autoridade de trânsito, para participar de palestras, campanhas educativas de trânsito, e, a critério da autoridade de trânsito, realizar visitas em hospitais de pronto atendimento para ver os efeitos maléficos causados a terceiros, pela imprudência e falta de responsabilidade de alguns motoristas.

Assim, a medida beneficiará os condutores disciplinados que raramente cometem infrações.

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao projeto de Lei nº 229/2005, de iniciativa do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 22.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero encaminhar, fui relator dessa matéria. Esse projeto de lei do Deputado Luiz Carlos Martins autoriza o Governo do Estado a implantar programa de conscientização de educação no trânsito e dá outras providências.

Então, fiz um estudo aprofundado, matérias semelhantes a esta foram feitas em vários estudos no país, sendo declaradas inconstitucionais. Foi o caso no Rio

Grande do Sul, Rio Grande do Norte, está bem fundamentado no nosso parecer.

Em função disso, considerando que é a CCJ que avalia a constitucionalidade, está se criando um programa de conscientização de educação no trânsito. Quanto ao mérito, até louvável. Agora, do ponto de vista da constitucionalidade, várias ações em todos os outros Estados, matérias de iniciativa semelhante têm sido decretadas inconstitucionais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero só informar a V. Exa. e ao Plenário que a Comissão de Constituição e Justiça deu parecer favorável.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Mas, tem voto divergente nosso e de outros Deputados.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Só estou colaborando com a fala do Deputado Elton Welter. Tem um voto em separado na seqüência e discorda da legalidade e da constitucionalidade com relação ao projeto apresentado pelo eminente Deputado Luiz Carlos Martins.

Não compete a esta Casa estabelecer programa para que o Executivo venha a executar sem que tenha constado na lei de diretrizes, na LDO.

Então, por essa razão encaminho contrário, por falta e por arranhar a constitucionalidade da presente proposta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Está em votação o Projeto de Lei nº 229/2005. estamos votando a constitucionalidade e a Comissão de Constituição e Justiça deu pela constitucionalidade.

Srs. Deputados que aprovam o referido projeto, queiram levantar-se.

Vinte e seis Srs. Deputados aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam o referido projeto, queiram levantar-se.

Nove Srs. Deputados.

Está aprovado o projeto.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, fornecimento de energia elétrica com tarifa reduzida em 30% (trinta por cento). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 048/2005, 24/05/2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 319/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame é de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães e objetiva instituir aos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, urbanos e rurais, que ampliem suas atividades produtivas, estendendo-as para o período noturno, tarifa reduzida de energia elétrica na proporção de 30%, na forma em que especifica.

Procedida análise da proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa até final deliberação do Plenário desta Casa de Leis.

Em sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 14.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO PROJETO DE LEI Nº 319/2005

Histórico

O Projeto de Lei nº 319/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, prevê tarifa diferenciada para a demanda noturna de energia elétrica para estabelecimentos consumidores industriais, comerciais ou prestadores de serviços, urbanos ou rurais, no desenvolvimento ou ampliação de sua atividade produtiva.

Há que se destacar que este mesmo projeto já foi apresentado pelo nobre Deputado autor e já tramitou por esta Casa de Leis sob o nº 726/03, ocasião em que foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto de lei apresenta óbice de natureza legal.

O desconto na tarifa de energia cobrada passará para os cofres do Estado, que terá que bancar a diferença existente entre o custo do serviço e o valor efetivamente cobrado do usuário.

O usuário será beneficiado indiretamente com dinheiro estatal, vez que o custo do serviço será coberto pelos cofres públicos e não pelo valor da tarifa, transferindo indiretamente recursos do Estado para entidades privadas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal deixa claro que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá dispor sobre o equilíbrio entre a receita e a despesa do Estado, bem como sobre as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas, a saber:

“Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no parágrafo 2º do artigo 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

omissi.

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;”

Este tipo de benefício não está previsto no Orçamento do Estado, não podendo ser implementado, não havendo condições estabelecidas para a transferência de dinheiro dos cofres públicos desta forma.

Segundo o artigo 133, parágrafo 2º da Constituição Estadual “*nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.*”

As despesas referentes ao presente projeto não constam como inclusas no plano plurianual do Estado e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o período vigente.

Sequer é possível verificar-se se o Estado possui os recursos disponíveis para o cumprimento da futura lei, tendo em vista que o projeto veio desacompanhado de qualquer estudo de quanto custará aos cofres públicos a sua execução.

Há que se destacar ainda que a geração de despesa continuada para o Estado sem a indicação de nova fonte receita fere frontalmente o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 15, 16 e 17:

“Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.”

“Art. 16. A criação expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes”.

“Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.”

Com efeito, não havendo estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos para o custeio do presente projeto, a lei não pode ser aprovada por estar em desacordo com o disposto na Lei Complementar 101/2000.

Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente à sua tramitação, sugerindo a devolução do projeto ao seu autor para que possa adequá-lo às normativas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sala das Comissões, em 14.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 319/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, objetiva instituir aos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, urbanos e rurais, que ampliem suas atividades produtivas, estendendo-as para o período noturno, tarifa reduzida de energia elétrica na proporção de 30%.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

A proposição tem por objetivo a criação de mecanismos de estímulo ao crescimento da produção industrial, do movimento comercial e da prestação de serviços, com a redução da tarifa de energia elétrica, em horários de baixa demanda e energia. Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 319/2005.

Sala das Comissões, em 22.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Em votação.

Para encaminhar, com a palavra a Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, esse projeto, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró, concede redução de 30% da tarifa de energia elétrica de estabelecimento industriais, comerciais e prestadores de serviços urbanos e rurais que ampliem suas atividades produtivas, estendendo-as para o período noturno.

De acordo com a justificativa do autor, o projeto tem por objetivo estimular o crescimento da produção industrial e comercial e prestação de serviço. Então, essa é uma questão de mérito, que estaríamos discutindo posteriormente.

Mas, esse projeto é constitucional, na minha avaliação, porque invade a competência privativa da Governador para dispor sobre atribuições das Secretarias e órgãos da administração estadual, conforme artigo 66, IV, da Constituição Federal. Bem como, se insere na competência administrativa da COPEL e, além disso, fere o disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que todos nós conhecemos, a Lei nº 101/2001, que estabelece muito claramente que a renúncia de receita no caso com cessão de incentivos deve sempre ser acompanhada das medidas de cautela ali previstas, ou seja, estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência nos dois anos seguintes, a atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

demonstração que a renúncia foi considerada na estimativa da Lei Orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e estar acompanhada de medida de compensação: elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo.

Então, o presente projeto, além de tudo, já foi apresentado nesta Casa sob nº 726/036, tendo sido rejeitado pela Comissão de Justiça naquela oportunidade. Cumpre ressaltar também que a COPEL já possui programas de descontos para consumidores que pagam em dia suas contas. Também há que se falar que a COPEL possui o programa Luz Fraterna por meio do qual as famílias carentes não pagam contas de luz desde que o consumo mensal não passe dos 100 quilowatts/hora e estejam inscritos nos programas sociais de governo.

Então, houve parecer favorável da CCJ, mas com voto separado, contrário ao projeto do Deputado José Maria Ferreira, que está correto, porque este projeto é ilegal e inconstitucional. Agora, realmente hoje eu, por exemplo, o mesmo projeto que a CCJ havia dado legalidade e constitucionalidade num momento anterior e deu hoje como inconstitucional o mesmo projeto e a mesma CCJ.

Portanto, tenho que manter aqui a minha coerência, tenho que manter aqui o meu cuidado como legisladora. Este projeto é ilegal, é inconstitucional.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós acompanhamos nos meados do ano de 2003 uma atitude e uma vontade expressada pelo Sr. Governador Roberto Requião de que queria fazer com que aquela energia que era perdida durante o período noturno pudesse ser utilizada pela agricultura, pelos produtores rurais do nosso Estado do Paraná, para que eles pudessem utilizar esta energia que se perdia como uma energia para poder ajudar na irrigação das propriedades rurais do nosso Estado do Paraná.

Eu não sei se este projeto e este decreto que o Governador falou que ia fazer tornou-se realidade, Sr. Presidente, mas em cima desta vontade do Governador que eu considero um tanto quanto inteligente, fazer com que aquela energia que se perde à noite pudesse ser utilizada na produção rural.

Muito bem. Buscamos esta idéia, isto tudo que o Governador tinha divulgado e fizemos um projeto de lei. Só que um projeto de lei mais amplo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um projeto que pudesse beneficiar diretamente a indústria, pudesse beneficiar diretamente as prestadoras de serviços e também os proprietários rurais do nosso Estado.

Naturalmente, durante o dia o consumo de energia elétrica é elevado e no período noturno o consumo é muito menos. Só que as usinas hidrelétricas geram energia 24 horas por dia, Sr. Presidente, e como eles não utili-

zam, consome-se menos energia no período noturno, seria natural que o Estado, através da COPEL pudesse vender uma energia com preço menor. Por quê? Para que as indústrias pudessem trabalhar no período noturno também, com uma energia mais barata, tendo o seu produto com custo menor e, principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pudesse gerar mais empregos no nosso Estado. Se nós perdemos a energia, por que não vendê-la por um preço menor? Esta é a idéia do nosso projeto, que encaminhamos e que teve o parecer favorável, Srs. Deputados, da Comissão de Constituição e Justiça, da nossa Assembléia.

Vejo colocações de alguns Parlamentares citando que este projeto é um projeto inconstitucional, mas não é. A Comissão votou, teve um voto em separado do Deputado José Maria Ferreira, mas foi aprovado pela maioria e neste momento nós estamos votando pela constitucionalidade.

Quero pedir a todos os Deputados para que nós não venhamos passar por cima daquilo que a Comissão de Constituição e Justiça determinou, que o projeto tem condições de tramitar pela Casa, tanto é que ele está neste momento em votação no Plenário.

E quero pedir, como foi alegado aqui, no item 7 da nossa Ordem do Dia, que o projeto do Deputado Luiz Carlos Martins era um projeto inconstitucional e a maioria do Plenário da Assembléia acompanhou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e votou favoravelmente, em 1ª Discussão, pela constitucionalidade do projeto.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, escutei alguns Parlamentares lá na CCJ alegarem que se nós vendêssemos energia mais barata no período noturno, teríamos que constar no orçamento do Estado porque um prejuízo iria ser gerado para nosso Governo e também para a COPEL. Só que não é verdade, Sr. Presidente, a partir da hora em que se perde energia elétrica no período noturno, se pudéssemos vender esta energia perdida, por um preço menor, mais empregos iam ser gerados, mais impostos vão ser gerados pelo nosso Estado do Paraná.

Acredito que é neste caminho que poderemos colaborar com o crescimento industrial, que podemos colaborar com a geração de empregos no Paraná!

Então, convoco a todos os Deputados, neste momento, em votar pela constitucionalidade deste projeto como a CCJ fez, aprovando-o e dando a ele condição de tramitar na Casa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O Deputado Plauto Miró apresenta um projeto que nesta Casa está hoje em 1ª votação, votamos a sua constitucionalidade. Só tem uma dificuldade, Deputado Plauto: V. Exa. justifica o projeto, só que não podemos confundir a árvore com a floresta; não podemos confundir a ação do Executivo quando, lá atrás fez o projeto de irrigação da

madrugada, como projeto que hoje quer passar por esta Casa. Não é competência e precisamos observar a legislação. Temos Constituição, temos legislação federal que tem regramento com relação às tarifas de energia.

Esse projeto já foi apresentado no ano passado pelo Sr. Deputado Plauto Miró e não recebeu parecer da CCJ e tem um parecer da assessoria jurídica da COPEL no qual aponta estas irregularidades: de legalidade, de inconstitucionalidade e a principal delas é que não é competência desta Casa propor isso. Por quê? Porque neste particular, inclusive, o Deputado tem certeza de quem paga esta diferença é o Tesouro do Estado e não temos nenhum provisionamento para pagar.

O Governador Roberto Requião, na condição de Chefe do Executivo tem competência e autorização legal para fazer, mas esta Casa não tem! E se a CCJ não tiver um critério adequado para aprovar, para reconhecer o que é legal, o que é constitucional, evidentemente vamos ter uma enxurrada de projetos passando por aquela urna dos vetos.

É por essa razão que nós, em nome da Liderança do Governo, encaminhamos pelo voto contrário, não por ser o Deputado Plauto Miró, mas é para o respeito da lei.

O Deputado Plauto Miró tem um expediente que é transformar o projeto em indicação ao Chefe do Executivo, com certeza, se tiver nestas condições, caminharemos dentro da legalidade, dentro da normalidade desta Casa, inclusive do Regimento e o Governador poderá acatá-lo, sim, mas desde que seja via Executivo.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, para o item 7 encaminhamos no sentido contrário à sua aprovação.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, parece-me que a CCJ já exarou seu parecer dando o projeto como constitucional e, normalmente, sobre a Constituição fala a CCJ e fala o Plenário.

Parece-me que a idéia do Deputado Plauto Miró Guimarães é uma idéia boa, porque certamente as indústrias poderão trabalhar mais a noite, vão produzir mais, vão gerar mais empregos e a COPEL vai perder 30% da receita, que certamente não será prejuízo para ela. Certamente muitos plantadores que têm lá as suas máquinas para irrigar o campo para aumentar a produção agrícola do Estado do Paraná terão também uma vantagem a mais para trabalhar à noite. E se não me falha a memória essa idéia já vem do próprio Governador Requião.

Então, acho salutar que esta Casa aprove em primeira discussão e depois, se eventualmente alguém desejar emendar o projeto, que o faça em 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o item 7 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 319/2005. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos Srs. Parlamentares que dirijam-se às suas poltronas para que o 1º Secretário possa fazer a conferência da votação.

Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Quatorze Parlamentares.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e um Deputados.

Está rejeitado o projeto.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, têm acontecido inúmeras vezes projetos que têm passado pela CCJ, sobretudo neste ano, passam os projetos pela CCJ, não sei quais são os critérios adotados. Mas pediria mais atenção aos membros da CCJ, porque não pode o Plenário rejeitar aquilo que a CCJ aprovou baseado na Constituição Federal e Estadual, embora entendendo que o Plenário é soberano. Mas é corriqueiro que venham projetos na Ordem do Dia com amparo da CCJ e esta Casa tenha que, no Plenário, passar por este tipo de constrangimento.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Questão de Ordem**)

Eu, como membro da CCJ, e nós quando viemos à esta Casa, a visão que se tenha um método, que se estabeleça de fato aquilo que é Constitucional e aquilo que é inconstitucional. E confesso que temos tido dificuldade no sentido de ter um método de fato, muitas vezes para não perder o companheirismo que temos com todos os Deputados, mantenha-se a vontade do Parlamentar, não o texto Constitucional ou o texto da Constituição Estadual. Esse projeto, por exemplo, é de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, do Poder Executivo. É um projeto que provavelmente deve vir vetado a esta Casa de Leis.

E esta Casa passa pelo constrangimento, pode derrubar o veto sabemos disso, mas argüi que o projeto anterior do Luiz Carlos Martins já foi declarado inconstitucional em vários Estados da Federação, está no parecer divergente que tivemos. E acredito que esta Casa poderia dar uma demonstração no sentido de melhorar. Está tendo parecer prévio de alguns advogados que tenho sentido uma sintonia com esta visão de olhar a parte Constitucional. Tenho certeza que esta votação, derrubando o projeto do Deputado Plauto, é uma visão do ponto de vista dos constitucionalistas deste País. É louvável essa decisão.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Justificativa**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que podemos fechar a Comissão de Constituição e Justiça, porque ela vota um projeto, um projeto pela sua grande maioria a favor da sua Constitucionalidade. E o que nós assistimos agora em 1ª Discussão são os Deputados da Base do Governo que votam com o

Governador nesta Casa, votando contra o projeto e não respeitando a questão da constitucionalidade. Se a CCJ diz que é constitucional, por que alguns Deputados dizem que não é, e a grande maioria daqueles que nem fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça votam a favor.

Então, podemos fechar, não tem mais valor essa Comissão, nesta Casa de Leis.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Justificativa)

Sr. Presidente, a CCJ...

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

A justificativa de voto, segundo o Regimento não tem que ser por escrito no final de Sessão? Dá para cumprir o Regimento?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Pela Ordem)

Mesmo compreendendo que o Deputado Reni possa ter a sua razão, mas como outros fizeram, para que não haja prejuízo da exposição.

A questão da CCJ tem a sua competência limitada à constitucionalidade.

Deputado Plauto, quem é soberano sobre a CCJ é esse Plenário e nós não podemos, em nome da Comissão, cassar a soberania deste Plenário, quem decide em última instância e é regimental está na Constituição do Estado, é este plenário. E, não vale a acusação do Deputado Plauto de que a Bancada do Governo derruba o Relatório da CCJ. Eu poderia dizer que na CCJ a Bancada de Oposição aprovou o projeto. Mas, não pelo vesgo da constitucionalidade, mas sim, pelo número de votos que têm na Comissão de Constituição e Justiça, porque V. Exa. também reconhece que o projeto não é constitucional, é de iniciativa do Executivo, está estabelecido no artigo 66 da nossa Constituição.

É olhar o Regimento Interno, ele está previsto que as competências do artigo 58 que diz dispor, não permite além mais do que efetuar emendas ao projeto, portanto, o projeto é inconstitucional e tem vício de origem insanável em qualquer fase da sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero esclarecer aos Srs. Parlamentares que vou fazer a justificativa de votos, dirijam por escrito à Mesa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

A partir da falação do Deputado José Maria Ferreira, quero que os meus projetos que foram considerados inconstitucionais na CCJ venham a plenário.

Quero ter o mesmo direito de votar, não votei aqui por essa simples razão, porque nós respeitamos a CCJ, como tenho que respeitar, que o meu projeto foi arquivado, um projeto que beneficia os portadores de deficiên-

cia do Estado do Paraná, foi dado um parecer contrário e arquivado o projeto.

Gostaria de ver o projeto aqui com essa mesma argumentação. A maioria decida, já que o Plenário é soberano.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero esclarecer aos Srs. Deputados que não é justificativa de votos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Na condição de membro da CCJ, sinto-me na obrigação e até mesmo no dever de vir aqui falar sobre a Presidência do Deputado Durval Amaral, que neste momento tem dado todo o suporte necessário a nós Deputados, com pareceres técnicos prévios que são encaminhados com antecedência às reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

Agora, se nós formos votar todos os projetos que foram relatados, discutidos e aprovados nesta Casa e fomos falar sobre questão de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, nós possuímos vários e vários exemplos de projetos inconstitucionais que passaram por esta Casa que teve aprovação maciça dos Deputados da base de Situação do Governo e que acabaram sendo derrubados pelo Supremo Tribunal Federal, vou exemplificar até que é o caso do projeto de transgênicos, e quando o Deputado José Maria Ferreira fala que é Oposição ou Situação, quem relatou esse projeto, quem o leu no Plenário foi o próprio Deputado Braddock que é um dos maiores defensores do Governo nesta Casa.

Então, nós temos que votar pela constitucionalidade e pela legalidade. Até concordo que em alguns momentos isso não tem sido feito, mas de uns tempos para cá, com esse embasamento que nós estamos recebendo da assessoria jurídica da Comissão de Constituição e Justiça, nós já temos respaldo para votar com total segurança.

Então, Sr. Presidente, até me permita a única fase discordante que eu tenho aqui do Deputado José Maria Ferreira: é quando se reporta à questão de Situação ou Oposição, em relação à constitucionalidade V. Exa. tem razão em muitos pontos, mas dizer que é Oposição ou Situação...

Vários projetos que são constitucionais são derrubados, depende até da cara do Deputado, depende do lado que ele está.

Isso também tem que ser dito.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Pela Ordem)

Só para esclarecer ao Deputado Barbosa Neto que só me reporte ao que havia dito o Deputado Plauto Miró, que disse aqui foi derrubado pela Bancada do Governo; eu disse então que eu poderia dizer, e fui bem claro, para qualquer um entender, que eu

poderia também argumentar que lá foi aprovado porque a maioria é oposição.

Foi isso que eu disse.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria apenas de dizer que esse projeto, ele na verdade já foi rejeitado pela Constituição de Justiça com o número 726/2003, pelo mesmo conteúdo, a Comissão de Justiça considerou ilegal, inconstitucional, archive-se; como aconteceu com o meu hoje, que foi considerado anteriormente legal e constitucional, e agora o mesmo projeto foi considerado ilegal e inconstitucional. Aquela velha questão que daria uma tese para os filósofos desocupados.

Queria dizer para o senhor, que foi colocado aqui que nós poderíamos trazer todos os projetos que não passam na Comissão de Justiça, eu acho que vai virar um samba do crioulo doido esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Mas, quero informar a V. Exa. que é possível, desde que o autor do projeto se sinta prejudicado de recorrer da decisão da Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Então, eu vou recorrer, vou entrar com recurso, já disse isso hoje, entrarei com recursos, vou até ao Ministério Público e vou até às últimas consequências que eu achar que tenho direito para que meu projeto seja apreciado nesta Casa.

Agora, só fiquei em dúvida, Sr. Presidente, quando de repente se não passa na Comissão de Justiça volta para o Plenário. Mas não é simplesmente voltar para o Plenário, tem todo um rito no Regimento Interno que tem que ser seguido. Em relação ao meu projeto eu vou recorrer. Em relação ao de hoje votei muito tranquilamente porque ele era, sem dúvida nenhuma, ilegal e inconstitucional.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, vejo aqui uma grande contradição, e que me desculpe o Deputado José Maria, ao qual eu devoto profundo respeito, é um homem dedicado às causas legislativas, mas nada mais incoerente do que a lei dos transgênicos. A lei dos transgênicos foi aprovada a sua constitucionalidade, e quem disse que era inconstitucional? E nós aqui defendemos a inconstitucionalidade. Quem disse que é inconstitucional? O Supremo Tribunal.

Então, na verdade quando a questão mexe com a questão constitucional do projeto eu acho que todos teriam que vir aqui, discordo plenamente da Deputada Elza Correia, todos os Deputados devem vir. Mas, Sr. Presidente, encerro a minha fala para levantar uma questão de ordem, Sr. Presidente nós temos um compromisso com os Sr. Parlamentares.

Gostaria de ter a atenção dos Srs. Parlamentares para que depois eu não fosse cobrado. Tenho o meu projeto que se refere ao Tribunal de Contas, e há um compromisso desta Casa de, no bojo da lei orgânica do Tribunal de Contas, vir contemplado o nosso projeto.

Caso não venha esse projeto contemplado na lei orgânica até segunda-feira, que era ontem, se o nosso projeto não fosse contemplado nós votaríamos o nosso projeto.

Então, por esta razão eu quero que, se for possível, V. Exa. nos comunique, ou nos informe da questão da lei orgânica...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu quero esclarecer já a V. Exa. que chegou na Casa ontem, foi protocolada ontem e hoje estamos encaminhando para a CCJ. Aquele pacto que foi feito há uma semana atrás foi cumprido pelo Tribunal de Contas.

Foi colocar à disposição a cópia da mensagem do projeto encaminhado pelo Tribunal de Contas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Os Deputados que estavam na reunião me convenceram de retirar o projeto da pauta.

Agora não tenho o direito de adiar a votação para depois do recesso. Gostaria que fosse submetido qualquer outro acordo referente a esse projeto ao plenário, senão o meu projeto terá que vir para ser votado.

Estou sendo cobrado pela imprensa e pelos Parlamentares porque é que eu fiz o acordo de adiar a votação do meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou determinar ao Departamento Legislativo que encaminhe já a cada um dos Parlamentares o teor da mensagem que foi encaminhada pelo Tribunal de Contas.

Só para esclarecer, se não for de acordo com a maioria desta Casa teremos condições de fazer as emendas. Com certeza essa mensagem sofrerá enormes emendas na sua tramitação.

Não será colocada em pauta, porque tem que se estudar muito e teremos que fazer emendas.

Amanhã encaminharemos uma cópia a todos os Parlamentares, da mensagem.

Consulto o Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Concordo, desde que tenhamos essa proposta. Na primeira semana, teremos um mês para estudar o projeto. Apresentamos as emendas e resolvemos esse problema.

Muito obrigado!

Discussão Única (Indicação)O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)**ITEM 08**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 025/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a proibição de práticas de vistoria mediante agachamento frontal na presença de menores e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/2005, de 14.06.2005)**

1ª Discussão**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/2003, de autoria dos Deputados Barbosa Neto e Elza Correia, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dalton Fonseca Paranaguá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 048/2003, de 16.06.2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 350/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 350/2003, de autoria do Deputado Barbosa Neto, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dalton Fonseca Paranaguá.

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto na Lei nº 13115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão benemérito e honorário do Estado do Paraná. O Partido do autor, também, já oficiou que a proposição faz parte da cota de agremiação partidária.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral para corrigir a denominação “Benemérito” para “Honorário”, tendo em vista que o homenageado nasceu no Piauí.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL DO
PROJETO DE LEI Nº 350/2003

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Dalton Fonseca Paranaguá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Tendo em vista o disposto na Lei 13155, de 14 de fevereiro de 2001, é a seguinte a relação de projetos de lei concedendo títulos honoríficos:

Projeto de Lei	Autor	Partido
063/2003	Ângelo Vanhoni	PT
099/2003	Barbosa Neto	PDT
121/2003	José Maria Ferreira	PDT
130/2003	Mauro Moraes	PSC
174/2003	Elza Correia	PMDB
237/2003	Plauto Miró Guimarães	PFL
258/2003(*)	Jocelito Canto	PTB
296/2003	André Vargas e outros	PT
350/2003	Barbosa Neto	PDT

(*) O projeto foi arquivado a pedido do autor.

Em votação.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e um votantes.

Solicito ao Deputado Plauto, Deputado Ademir e Deputado Elio Rusch, para procederem ao escrutínio dos votos.

Informo aos Srs. Parlamentares para não se ausentarem do plenário, pois teremos outra Sessão Extraordinária - esclarecendo à imprensa que é sem pagamento de jetom.

Trinta e nove favoráveis.

Um em branco.

Um contrário.

Está aprovado em 1ª Discussão.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2037 e 2055,

de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2040 e 2041, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2043 e 2056, de autoria do Deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2044, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2047, 2048 e 2064, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2049, 2051, 2052 e 2053, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2054, de autoria dos Deputados Natálio Stica, Chico Noroeste, Augustinho Zucchi e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2058, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2059 a 2062, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2063 a 2065, de autoria d Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2066, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2046, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)
Qual era o texto, mesmo?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Solicitando que segue designado um Procurador para acompanhar as denúncias que o SINDSERV protocolou no Ministério Público de Londrina acerca de irregularidades na autarquia municipal de saúde.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)
Para discutir, Sr. Presidente.
Como se trata de uma questão municipal e o Ministério Público é outro chefe, então queria discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Adia-se na forma regimental.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)
Pela ordem, Sr. Presidente.

Solicito a V. Exa. que retire o requerimento que foi pedido para discutir pelo Deputado André Vargas. Tem possibilidade?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
A pedido de V. Exa., **está retirado.**

O SR. BARBOSA NETO (PDT)
Obrigado, Sr. Presidente!

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Ordinária para logo após esta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 111/2005.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 350/2003.

1ª DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei n°s 096, 130, 161, 215, 217, 341, 365, 384, 412 e 413/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Ordem Interna de Serviço

ORDEM INTERNA DE SERVIÇO

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

D E C R E T A :

Determinar a lotação na Diretoria Administrativa, a partir de 02 de junho de 2005, de MARIA MADALENA DA SILVA, funcionária sob Regime Jurídico Único, matrícula n° 40747, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nível 061, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31.05.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor